HANS-HERMANN HOPPE

MANUAL PARA ENTENDER DIREITO O LIBERTARIANISMO



INTRODUÇÃO DE SEAN GABB

MANUAL PARA ENTENDER DIREITO O LIBERTARIANISMO



Revisado, editado por Rick Theu

Sumário

Introdução

Os textos reunidos neste livro são em sua maioria palestras dadas em Bodrum para a Property and Freedom Society, que o professor Hoppe é tanto o fundador quanto o presidente. Tive a sorte de assisti-las no evento, e me sinto profundamente honrado de ter sido convidado a apresentar uma introdução para a versões escritas.

Dividirei minha introdução em três seções. Primeiro, darei um breve resumo dos primeiros anos da vida de Hoppe e de seu desenvolvimento intelectual. Segundo, vou escrever mais profundamente sobre seu trabalho acadêmico que o colocou no topo do movimento libertário internacional. Terceiro, vou abordar o tema ou temas principais que emergem da presente coletânea.

Hoppe: filho do estabelecimento da Alemanha Ocidental

Hans-Hermann Hoppe nasceu em 2 de setembro de 1949 em Peine, uma cidade no setor britânico da Alemanha ocupada. Após frequentar diversas escolas locais, ele foi primeiro para a Universidade de Saarland, em Saarbrücken, e de lá mudou para a Universidade de Goethe, em Frankfurt, onde foi aluno do notável neo-marxista Jürgen Habermas, que também foi o principal orientador da tese de doutorado de Hoppe em filosofia sobre David Hume e Immanuel Kant. Nesta época o próprio Hoppe era marxista, e não tinha grandes objeções ao seu mestre. Tempos depois ele diria: "O que eu…. gostava do marxismo era que ele tentou fornecer um sistema rigoroso derivado dedutivamente."[1] Para um observador externo, ele estava seguindo o caminho feito por muitos milhares de sua geração. No curso normal das coisas, ele deveria ter terminado como um professor titular cuja função, sob um descontentamento generalizado, era pregar conformidade à nova ordem das coisas na Alemanha Ocidental.

No entanto, o que logo o desagradou no marxismo foi seu fracasso como sistema intelectual. Sua desilusão foi um processo gradual, e ele passou por um período em que foi influenciado por Karl Popper, e chegou a ser politicamente um social democrata. Sua

[1] "The Private Property Order: An Interview with Hans-Hermann Hoppe," Austrian Economics Newsletter 18, no. 1 (2014).

ruptura definitiva com o esquerdismo veio enquanto ele escrevia sua tese de livre docência sobre as fundamentações da sociologia e da economia. Ele começou com a noção que, enquanto certas verdades sobre o mundo podem ser conhecidas a priori, as leis da economia e da sociologia são, ao menos em grande medida, conhecidas por indução. Então ele rejeitou isto, mudando para opinião de a economia, em contraste com a sociologia, é uma ciência totalmente dedutiva. Isto, então, o levou a descobrir Ludwig von Mises. Ali estava um sistema que fez as mesmas reivindicações ambiciosas do marxismo. O austrianismo era um conjunto de teorias interligadas e amplamente dedutivas de economia, política, direito e muito mais. Diferente do marxismo, tinha lógica. E também gerou conhecimento veiirdadeiro sobre o mundo. O passo final que restava neste novo e imprevisível caminho era descobrir Murray Rothbard. Hoppe chegou ao fim da década de 1970 como um libertário de livre mercado radical. Não mais bem-vindo em nenhuma universidade da Alemanha Ocidental, ele foi embora para os Estados Unidos em 1985.

Hoppe: herdeiro de Rothbard

Até 1986, ele deu aulas em Nova York sob a supervisão de Rothbard, "trabalhando e morando ao lado dele, em constante e imediato contato pessoal." Então eles se mudaram juntos para dar aulas na Universidade de Nevada, em Las Vegas. Ali eles estariam no centro do que se tornou "o Círculo de Las Vegas" – um grupo de economistas e filósofos libertários tão brilhantes e produtivos como nenhum outro em toda história do movimento libertário. Outros membros do círculo incluíam Yuri Maltsev, Doug French, e Lee Iglody. Hoppe permaneceu em Las Vegas como um professor até 2008. Mas ele admite que tudo mudou após a morte repentina de Rothbard em 1995. Ele considerava Rothbard como seu "principal professor, mentor e mestre", e seu "mais querido amigo paternal".

Embora ele tenha produzido muitas outras obras durante seu período com Rothbard e depois, sua contribuição mais importante, tanto para o libertarianismo quanto para a filosofia em geral, provavelmente é seu trabalho naquilo que ele chama de Ética Argumentativa. Toda ideologia secular parece se basear em fundações instáveis. O libertarianismo de livre mercado não é exceção. Por que as pessoas deveriam ser deixadas em paz? Por que elas deveriam ser livres? Podemos argumentar que a liberdade permite

que as pessoas se tornem mais felizes do que seriam sem liberdade. Podemos argumentar que ela permite que elas se tornem mais ricas. A resposta é perguntar por que as pessoas deveriam ser felizes ou ricas. Estes podem ser bens auto-evidentes, mas nem sempre são considerados assim. Uma objeção complementar é começar a achar brechas na definição e na medida da felicidade. Ou podemos dizer que todo ser humano nasce com certos direitos naturais e inalienáveis, que incluem os direitos a vida, liberdade e propriedade. A objeção aqui é perguntar como, sem ser dado por Deus, estes ditos direitos são algo além de meras palavras vazias.

Hayek e von Mises, as duas pessoas que no meio do século XX mais fizeram para manter o liberalismo clássico vivo como uma ideologia, eram tipos diferentes de utilitaristas. Rothbard, que pegou a Economia Austríaca e a fundiu com o radicalismo nativo americano para criar o movimento libertário moderno, compartilhava com Ayn Rand uma crença nos direitos naturais. Por muito anos, até que disputas de ordens mais práticas surgiram após o fim da Guerra Fria, quase todo encontro libertário envolvia uma repetição das diferenças entre as duas escolas de fundamentos.

Hoppe tenta com sua Ética Argumentativa transcender este debate. Ao fazer isso, ele se baseia em seus estudos anteriores com Habermas, sobre a tradição kantiana da filosofia alemã, e nas obras éticas de Rothbard. Ele começa com a observação que existem duas maneiras de resolver uma disputa. Uma é a força. A outra é o argumento. Qualquer uma das partes de uma disputa que escolha a força sai das normas de civilização, que incluem evitar a força agressiva, e não tem direito de reclamar se ela for severamente usada. Por outro lado, qualquer um que escolha o argumento aceita estas normas. Se ele então argumenta pela justiça da força como um meio de se obter o que ele quer dos outros, ele comete uma contradição lógica. Em resumo, qualquer um que rejeite o princípio libertário de não-agressão está necessariamente também rejeitando as normas da conversação racional. Qualquer um que declara aceitar estas normas deve também aceitar o princípio de não-agressão.[2]

Muito depois de sua primeira publicação, Hoppe negou que isto tenha sido um afastamento dos direitos naturais:

---

[2] Veja, por exemplo, Hans-Hermann Hoppe, "The Ultimate Justification of the Private Property Ethic," Liberty, September 1988.

> *Eu estava tentando tornar os dois primeiros capítulos do A ética da liberdade de Rothbard mais fortes do que eles já eram. Isto por sua vez iria dar mais peso a tudo que se seguia. Eu estava um pouco insatisfeito com [o] rigor com que as suposições éticas iniciais da teoria política libertária tinham alcançado. Intuitivamente, elas pareciam plausíveis. Mas eu pude ver que uma abordagem ligeiramente diferente poderia fortalece-las. Murray nunca considerou que minhas revisões fossem uma ameaça. Sua única preocupação era: no fim das contas, isto defende a ideia? No fim das contas, ele concordou que sim.*[3]

Na verdade, Rothbard deu todo seu aval à teoria. Ele a chamou de

> *um progresso fascinante para a filosofia política em geral e para o libertarianismo em particular. ... [Hoppe] conseguiu transcender a famosa dicotomia é/deve ser, fato/valor que assombrou a filosofia desde os dias dos escolásticos, e que colocou o libertarianismo moderno em um impasse enfadonho.*[4]

Se Rothbard era o evidente líder intelectual do movimento libertário, Hoppe era seu evidente e escolhido sucessor. Na época do falecimento de Rothbard ele havia dado sólidas contribuições não apenas a fundamentação ética, como também a Economia, Política e Direito. Ele era um professor inspirador e um palestrante requisitado por todo o mundo. Não havia ninguém nos EUA ou no mundo todo mais qualificado para dar sequência ao legado de Rothbard. Ele então se tornou o editor do The Journal of Libertarian Studies, e um co-editor do Quarterly Journal of Austrian Economics.

Não obstante, o próprio Rothbard não era universalmente aceito dentro do movimento libertário. Um de seus muitos dons era fazer inimigos. Ele tinha muitos motivos para fazer, ou apenas atrair inimigos. Ele era um isolacionista em uma era em que o Direito Americano se definia pela oposição ao comunismo e a União Soviética. Ele era cético em relação as grandes empresas dentro de um movimento que era apaixonado

---

[3] "The Private Property Order."

[4] Symposium, "Hans-Hermann Hoppe's Argumentation Ethics: Breakthrough or Buncombe?" Liberty, November 1988.

pelo capitalismo americano. Ele era um anarquista entre economistas que só pensavam em privatização e desregulamentação. Ele viu cada passo da ascensão dos EUA ao poder mundial como uma traição ao Estilo Americano. Ele variava alianças com esquerdistas e ultra-conservadores. Ele era inimigo declarado de estatistas utilitaristas e de defensores do dinheiro fácil da Escola de Chicago. Ele logo se decepcionou com o Cato Institute que ele tanto se esforçou para fundar. Ele era mordaz em seu desprezo pelo politicamente correto e a própria ideia de uma igualdade universal que ia além de uma igualdade de direitos negativos.

Hoppe é uma figura ainda mais desagregadora. Um conservador cultural confesso, ele não tinha paciência com as vertentes mais hedonistas e esquerdistas do libertarianismo. Desde o começo, seu libertarianismo colocou mais ênfase nos direitos de propriedade do que na tolerância. No seu Democracia – o deus que falhou, ele diz que, em sua comunidade ideal, [h]averia pouca ou nenhuma "tolerância" e "mente aberta", as quais são tão caras aos libertários de esquerda. Em vez disso, estar-se-ia no caminho certo no sentido de restabelecer a liberdade de associação e de exclusão implícita na instituição da propriedade privada.[5]

Ele acrescenta:

> *Em um pacto celebrado entre o titular e os inquilinos da comunidade com a finalidade de proteger as suas propriedades privadas, não há algo como um direito de livre (ilimitada) expressão, nem mesmo um direito de expressão ilimitada na própria propriedade de um inquilino. É possível dizer inúmeras coisas e promover qualquer ideia sob este sol; mas, naturalmente, não é lícito a ninguém defender ideias contrárias à própria finalidade do pacto de preservação e de proteção da propriedade privada (ideias como a democracia e o comunismo). Não pode haver tolerância para com os democratas e os comunistas numa ordem social libertária. Eles terão de ser fisicamente separados e expulsos da sociedade. Da mesma forma, em uma aliança fundada com a finalidade de proteger a família e os clãs, não pode haver tolerância para com aqueles que habitualmente promovem estilos de vida incompatíveis com esse objetivo. Eles — os defensores de estilos de vida*

[5] Hans-Hermann Hoppe, Democracy: The God that Failed (New Brunswick, N.J.: Transaction Publishers, 2001), p. 211.

> *alternativos, avessos à família e a tudo que é centrado no parentesco (como, por exemplo, o hedonismo, o parasitismo, o culto da natureza e do meio ambiente, a homossexualidade ou o comunismo) — terão de ser também removidos fisicamente da sociedade para que se preserve a ordem libertária.*[6]

Estas declarações e outras desse tipo foram e continuam sendo extremamente controversas dentro do movimento libertário. Acho que não é exagero dizer que praticamente todo mundo do Movimento, desde o ano 2000, se definiu através do que pensa sobre Hoppe. Alguns o consideram o maior libertário vivo, outros o consideram o diabo na Terra. O único ponto em que concordam é que ele é um pensador que não pode ser ignorado.

A presente coletânea

Assim sendo, a presente coletânea será útil como uma curta exposição de onde Hoppe se situa nos mais importantes temas dentro do Movimento – e os mais importantes temas de nossa era. Estou ciente do fato que, enquanto muitos pulam as introduções, outros julgam um livro pela sua introdução. Tenho portanto total ciência da necessidade de um resumo e uma discussão breves e precisos do conteúdo que segue minha introdução.

Em vária partes, Hoppe repete e enfatiza sua visão de que o básico do libertarianismo é derivado de uma cadeia de raciocínios dedutivos à partir de premissas incontestáveis. Vivemos em um mundo de escassez. Ou os recursos são escassos, ou o tempo no qual eles são usados é escasso. Todos temos ideias diferentes sobre como estes recursos devem ser usados. Portanto, se queremos viver em um mundo onde conflitos sobre recursos sejam minimizados, devemos concordar sobre os direitos de propriedade e transferência.

Devemos ter como certo que somos donos de nós mesmos. Reivindicar o contrário acarreta em uma óbvia falta de humanidade. No mínimo isto cria a possibilidade de conflitos ilimitados sobre quem é dono de quem. Quando são considerados recursos

[6] Ibid., pp. 216–17.

externos, a solução ideal é que eles pertencem à qualquer um que se apropriar primeiro deles tirando-os do Estado de Natureza, e que eles são então transferidos através do consentimento – isto é, por venda ou por presente ou por herança. Isto, claro, é a solução ideal. Pelo mundo, a propriedade de terra tem sido possuída por milhares de anos, e tem sido confiscada e repassada repetidamente. Não há um metro quadrado na Inglaterra ou na Europa Ocidental cujo título derive de seus apropriadores originais. Então, a solução prática é uma suposição refutável em favor dos títulos existentes – a refutação é uma evidência razoável do título derivado de uma cadeia de posse posterior. A exceção é a propriedade estatal. Esta deveria ser restituída aos titulares de seus últimos títulos plausíveis.

Ou isto é irrefutável ou sua negação leva à mais conflitos do que deixando as coisas como estão. No entanto, aqui termina a natureza auto-evidente do libertarianismo. Certas proposições adicionais derivadas da ciência econômica continuam a cadeia de verdades auto-evidentes. Mas outros debates sobre o enfoque, ou o formato, de uma sociedade libertária envolvem questões de engajamento pragmático.

Se toda a raça humana fosse igual e pensasse mais ou menos da mesma maneira, o ativismo libertário seria uma questão de alcance invariado e indiscriminado. Mas a raça humana, como ela é, é infinitamente diversa. Há diferenças de aparência, diferenças de habilidade, diferenças de crença e expectativa. Estas diferenças são claras entre os indivíduos. Elas são claras entre diferentes grupos de indivíduos. Não somos uma tabula rasa, na qual o Espírito do Tempo possa escrever o que quiser. Nascemos diferentes. Crescemos mais diferentes ainda no modo como reagimos a o que quer que seja o Espírito do Tempo.

No longo prazo, Hoppe e seus críticos concordam totalmente. Eles anseiam por uma única humanidade, unida no respeito pela vida, liberdade e propriedade, enriquecida pelos benefícios culturais e materiais que derivam de um mundo de liberdade universal. No momento, esta humanidade única não existe – e provavelmente nem vai existir. Ou levamos em conta estes fatos das diferenças, ou não. Se não levarmos, então devemos nos tornar intelectuais inúteis – eternamente falando uns com os outros, e ninguém mais, sobre a relação entre o princípio de não-agressão e a doutrina da frustração contratual. Ou devemos nos tornar intelectuais perigosos – defendendo políticas, em nome do princípio

da não-agressão, que não reduzem, mas aumentem a probabilidade de conflitos sobre recursos. Se escolhermos levar em conta estas diferenças, então nos encontramos categoricamente do lado impopular de praticamente todas as questões que definem a era em que vivemos.

Se não há espaço para debate sobre as causas, uma coisa é certa. As sociedades mais livres e prósperas que já existiram foram as dominadas de modo geral por homens heterossexuais descendentes de caçadores-coletores que colonizaram a Europa Ocidental e Central e o Norte da Ásia. Na verdade, se existe espaço para debate sobre as causas, a causa mais provável – algo rejeitado normalmente pelos produtos de uma longa e cara educação universitária – seja algo inerente a estes povos, ao invés de algum conjunto de circunstâncias contingentes locais de alguns milhares de anos.

Isto não quer dizer que estes grupos são “melhores” que outros em qualquer sentido abstrato. Isto não quer dizer que todos os membros destes grupos mostram a mesma aptidão para preservar suas tradições ou suas ordens sociais adquiridas. Nem isto quer dizer que todos os membros dos outros grupos são igualmente incapazes de adquirir ou preservar as ordens sociais relevantes. Isto com certeza não é para nos fazer pensar negativamente sobre estes outros grupos. Hoppe sempre foi claro neste ponto, e sua conferência de Bodrum é mais do que repleta de diversidade. É simplesmente uma questão de encarar fatos gerais. Existem mulheres barbadas. Existem homens com peitos. Nem todo inglês é pontual. Nem todo nigeriano se atrasa. Mesmo assim, basear nossas condutas em expectativas ao invés de generalidades está fadado, cedo ou tarde, à ser um problema.

Uma consequência dessa abordagem é que Hoppe se opõe a leis anti-discriminação. Se houvesse uma lei que só permitisse que homens brancos heterossexuais praticassem medicina, ele iria denunciá-la – assim como ele denunciou, no começo de seu sistema, todo tipo de escravidão. Estas leis violam o corolário negativo do direito de livre associação. Se devemos ser livres para nos associar com quem escolhemos, então devemos ser livres para não nos associar. Às vezes, nossas decisões serão baseadas em realidades sociais acima mencionadas, às vezes não. Em qualquer evento, elas são nossas decisões, e elas não deveriam ser impedidas por lei.

Uma segunda consequência é que deveria haver um fim nas “trocas de regime” e “fabricação de nações” em outras partes do mundo. Nesta presente coletânea, Hoppe menciona de passagem sua oposição às nossas intervenções no Oriente Médio. Mas sua oposição é firme e profunda. As razões alegadas destas intervenções são todas mentiras comprovadas ou prováveis. Mesmo que de outra forma, o projeto de exportar nossos modos a lugares onde não existe nem o desejo de tê-los e nem a aptidão para recebe-los só podem levar a mais derramamento de sangue do que se deixassem os povos com seus próprios modos.

A terceira consequência é que ele se opõe a fronteiras abertas. Isto me faz voltar ao ponto de Hoppe sobre a aplicação pragmática da teoria libertária. Existem libertários que decoram alguma parte concisa do princípio de não-agressão, e imediatamente concluem que todas as fronteiras são imorais. Esta visão ignora as realidades atuais. Imigração em massa de fora das regiões mencionadas acima possui óbvios efeitos negativos. Ela aumenta a criminalidade e a desordem. Ela expande enormemente o papel dos proponentes do assistencialismo. Ela proporciona um eleitorado crescente para os políticos cujas carreiras se resumem a atacar a vida, liberdade e propriedade. Fronteiras abertas por si só no momento – e especialmente fronteiras abertas mais o estado de bem-estar social e nossas intermináveis guerras agressivas que produzem intermináveis ondas de refugiados – são um ataque à civilização.

Também não existe nenhuma razão para acreditar que uma sociedade verdadeiramente libertária permitiria o que é considerado fronteira aberta. As pessoas têm o direito de comercializar umas com as outras, não de se estabelecerem onde e como quiserem. Um dos principais pontos da teoria libertária é que todos os custos podem e deveriam ser privatizados. Bem, qualquer ingressante de uma comunidade libertária pode impor custos que ultrapassem os benefícios de sua presença. Neste caso, é direito inalienável dos possuidores de propriedade desta comunidade barrar novos ingressantes que eles considerem – por quaisquer razões que sejam – indesejáveis. Aqueles que não quiserem barrar estarão passíveis de serem acionados na justiça por terem permitido perturbações em suas propriedades. Um mundo libertário seria uma colcha de retalhos de comunidades. Estas iriam satisfazer todas as preferências possíveis. Haveria espaço para comunidades que acolhessem todos os visitantes de braços abertos. Porém, na visão de

Hoppe, estas comunidades seriam uma minoria, e seus fracassos serviriam de exemplo para as outras.

Ora, este é um argumento sobre um mundo que não existe, e pode não vir a existir por um longo tempo. Vivemos em um mundo de estados-nações, todos com fronteiras. O que se deve fazer com a imigração neste mundo? Hoppe aceita a ilegitimidade básica da atual ordem das coisas, mas aceita que esta é a ordem atual. Se é para a civilização sobreviver mesmo nesta condição inapropriada atual, é necessário exigir que estados ajam como administradores para aqueles que os financiam. Isto não significa uma banimento completo da imigração ou hostilidades contra indivíduos baseando-se em suas aparências. Mas isto significa um rígido controle de suas fronteiras e a deportação de ingressantes indesejáveis. Isto também significa taxas superiores pelo uso de propriedades pública para aqueles que nada contribuíram para seus desenvolvimentos. Isto significa vetar o acesso ao assistencialismo que possa – por mais imprudente que isso seja – estar disponível à população estabelecida. Qualquer coisa abaixo disso pode ser considerada não como "igualdade" ou "anti-discriminação", mas como "integração forçada".

A maioria dos ataques polêmicos de Hoppe nos últimos anos são contra os auto-proclamados libertários de esquerda. Eles combinam uma adesão as noções esquerdistas de igualdade e anti-discriminação com alguma crença no livre mercado. Ao mesmo tempo, ele não se considera de forma alguma um líder da chamada Alt-Right (Nova Direita). Ela é uma ampla coalizão de socialistas nacionalistas, com nacionalistas, conservadores de vários tipos, e libertários decepcionados. Ela ganhou destaque em 2016 pelo seu apoio a Donald Trump. Ela ficou famosa em 2017 pelo encontro desordeiro que provocou na manifestação de Charlottesville.

Hoppe aceita que a Alt-Right e os libertários compartilham de uma oposição às elites insufladas, malévolas e belicosas que dominam o mundo ocidental. Ele abriu um diálogo com alguns dos líderes mais sensatos da Alt-Right. Mas ele segue cauteloso com a Alt-Right como um todo. Ele não gosta de seu cinismo frequente – seu apelo a uma "sabedoria superior" ao prudente racionalismo do Iluminismo. Ele não gosta de sua obsessão por raça ao invés de uma visão clara das diferenças verdadeiras entre indivíduos e grupos de indivíduos. Ele não gosta particularmente de suas concessões ao socialismo

– socialismo, contanto que seus “beneficiários” sejam pessoas brancas. Se a Alt-Right se envolve em um ataque generalizado contra perversidades inegáveis, ótimo. Se, como parece, ela se torna uma coalizão de cultos totalitários ou semi-totalitários, ele não quer ter nada a ver com isso.

Conclusão

Hoppe menciona muitas vezes nesta coletânea que ele está envelhecendo, e que ele continuará trabalhando até que sua saúde permita. Espero que ele continue por muitos anos. Mas convenhamos que a vida é incerta, e aceitar que ela pode nos tirar ele amanhã. Esta seria uma perda terrível. Ao mesmo tempo, não tenho a menor sombra de dúvida que, baseando-se naquilo que ele alcançou até aqui, o mundo intelectual ficou muito melhor devido a presença de Hoppe nele. E eu espero e acredito que a inspiração que suas obras fornecem um dia irão contribuir para o surgimento de um mundo melhor para toda a humanidade. Se esta curta coletânea de seus textos, e se minha breve introdução, puderem fazer parte desta contribuição, elas não terão sido publicadas em vão.

I. Um libertário realista

> *"O Libertarianismo é logicamente consistente com quase qualquer atitude em relação a cultura, sociedade, religião ou princípio moral. Em estrita lógica, a doutrina política libertária pode ser separada de todas as outras considerações; logicamente se pode ser, e de fato a maioria dos libertários são: hedonistas, libertinos, imoralistas, inimigos militantes das religiões em geral e do cristianismo em particular, e ainda ser adeptos consistentes das políticas libertárias. De fato, em estrita lógica, pode-se ser politicamente um devoto consistente dos direitos de propriedade e ser um vagabundo, um trapaceiro e um vigarista mesquinho e um mafioso na prática, como todos os muitos libertários vêm a ser. Estritamente na lógica, podem-se ser essas coisas, mas psicologicamente, sociologicamente e na prática simplesmente não funciona assim." [Ênfase minha, HHH] – Murray Rothbard, "Big-Government Libertarians", em: L. Rockwell, ed., The Irrepressible Rothbard, Auburn, Al: Ludwig von Mises Institute, 2000, p. 101*

Deixem-me começar com algumas observação sobre o libertarianismo como uma teoria dedutiva pura.

Se não houvesse escassez alguma no mundo, conflitos humanos seriam impossíveis. Conflitos interpessoais são sempre e em todos os lugares relativos a coisas escassas. Eu quero fazer X com uma dada coisa e você quer fazer Y com a mesma coisa.

Por causa desses conflitos – e porque nós somos capazes de nos comunicar e argumentar uns com os outros – nós buscamos normas de comportamento com o propósito de evitar esses conflitos. O propósito das normas é evitar conflitos. Se não quisermos evitar conflitos, a busca por normas de conduta seria sem sentido. Nós simplesmente iríamos lutar e brigar.

Sem uma perfeita harmonia de todos os interesses, conflitos relacionados com recursos escassos só podem ser evitados se todos os recursos escassos forem privados, propriedade exclusiva de um indivíduo específico. Só então eu posso agir independentemente, com minhas próprias coisas, de você, com suas próprias coisas, sem que você e eu entremos num embate.

Mas quem possui qual recurso como sua propriedade privada e quem não? Primeiro: cada pessoa possui seu corpo que somente ela e ninguém mais controla diretamente (eu posso controlar seu corpo apenas indiretamente, primeiro controlando meu corpo, e vice-versa) e que somente ela controla diretamente também, em particular, quando está discutindo e argumentando a questão em mãos. De outro modo, se a propriedade sobre o corpo fosse atribuída a alguém que o controla indiretamente, conflitos seriam inevitáveis, pois o controlador indireto não pode abrir mão do controle direto sobre seu corpo enquanto está vivo; e, além disso, em particular, seria impossível que quaisquer duas pessoas, como as partes de uma disputa envolvendo propriedade, pudessem mesmo argumentar e debater a questão de qual vontade deve prevalecer, uma vez que argumentar e debater pressupõe que ambos, o proponente e o oponente, tem controle exclusivo sobre seus respectivos corpos e assim chegam ao julgamento correto por conto própria, sem luta (numa forma de interação isenta de conflitos).

E segundo, quanto aos recursos escassos que podem ser controlados apenas indiretamente (que devem ser apropriados por nosso corpo dado pela natureza, não apropriado): controle exclusivo (propriedade) é adquirido por e atribuído à pessoa que apropriou primeiro o recurso em questão ou que o adquiriu por meio de uma troca voluntária (sem conflito) com seu dono anterior. Porque somente o primeiro apropriador de um recurso (e todos os posteriores donos conectados a ele por uma corrente de trocas voluntárias) pode possivelmente adquirir e ganhar controle sobre o recurso sem conflito, i.e., pacificamente. Caso contrário, se o controle exclusivo for atribuído aos retardatários, o conflito não será evitado mas, contrário ao propósito das normas, inevitável e permanente.

Deixem-me enfatizar que eu considero essa teoria essencialmente irrefutável, como uma verdade a priori. Na minha estimativa, essa teoria representa uma das maiores – se não a maior – conquista do pensamento social. Ela formula e codifica as regras básicas para todas as pessoas, em todos os lugares, que desejam viver juntas em paz.

E ainda: esta teoria não nos diz muito sobre a vida real. Por certo, ela nos diz que todas as sociedades reais, na medida em que são caracterizadas por relações pacíficas, aderem, consciente ou subconscientemente, a essas regras e são assim guiadas por um

discernimento racional. Mas não nos diz até que ponto o caso é esse. Nem nos diz, mesmo se a adesão a essas regras for completa, como as pessoas realmente vivem juntas. Ela não nos diz quão próximas ou distantes umas das outras elas vivem, nem a duração do convívio ou para que fins se encontram e interagem, etc. Para usar aqui uma analogia: saber a teoria libertária – as regras das interações pacíficas – é como saber as regras da lógica – as regras de pensamento e raciocínio corretos. Porém, bem como o conhecimento da lógica, tão indispensável quanto é para o correto pensamento, não nos diz nada sobre o real pensamento humano, sobre palavras reais, conceitos, argumentos, inferências e conclusões usadas e feitas, assim a lógica da interação pacífica (libertarianismo) não nos diz nada sobre as reais vida e ações humanas. Por isso: do mesmo modo como todo lógico que queira fazer bom uso do seu conhecimento deve voltar sua atenção aos reais pensamentos e raciocínios, assim um teórico do libertarianismo deve voltar sua atenção às ações das pessoas de verdade. Em vez de ser um mero teórico, ele deve tornar-se um sociólogo e um psicólogo e levar em consideração a realidade social "empírica", i.e., o mundo como ele realmente é.

Isto me traz ao tópico da "esquerda" e "direita".

A diferença entre a direita e a esquerda, como Paul Gottfried observou várias vezes, é uma discordância fundamental quanto a uma questão empírica. A direita reconhece, como uma questão de fato, a existência de diferenças humanas individuais e diversidades e as aceita como naturais, enquanto a esquerda nega a existência dessas diferenças e diversidades ou tenta explicá-las e em todo caso as considera algo não natural que deve ser retificado para se estabelecer um estado natural de igualdade humana.

A direita reconhece a existência de diferenças humanas individuais não apenas com relação ao local físico e à composição do ambiente humano e do corpo humano individual (sua força, altura, peso, idade, sexo, cabelo, pele, cor do olho, características faciais, etc., etc.). Mais importante, a direita também reconhece a existência de diferenças na composição mental das pessoas, i.e., nas suas habilidades cognitivas, talentos, disposições psicológicas e motivações. Reconhece a existência de brilhantes e estúpidos, espertos e idiotas, pessoas de visões de curto alcance e de longo, atarefados e preguiçosos, agressivos e pacíficos, obedientes e inventivos, impulsivos e pacientes, escrupulosos e descuidados, etc., etc. A direita reconhece que essas diferenças mentais, resultantes da

interação entre o ambiente e o corpo humano físicos, são os resultados de fatores ambientais e fisiológicos, biológicos. A direita reconhece ainda que as pessoas estão ligadas (ou separadas) tanto fisicamente no espaço geográfico quanto emocionalmente pelo sangue (relações e pontos em comum biológicos), pela linguagem e religião, bem como por costumes e tradições. Ademais, a direita não meramente reconhece a existência dessas diferenças e diversidades. Ela percebe também que os resultados de diferenças iniciais serão de novo diferentes e resultarão em pessoas com muitas ou poucas propriedades, em ricos e pobres, e em pessoas de status sociais e classes altos e baixos e influências e autoridades maiores e menores. E ela aceita esses resultados diferentes de inícios diferentes como normais e naturais.

A esquerda, por outro lado, está convencida da fundamental igualdade do homem, de que todos os homens são "criados iguais". Ela não nega, é claro, o evidentemente óbvio: existem diferenças ambientais e fisiológicas, i.e., algumas pessoas moram nas montanhas e outras à beira-mar, alguns homens são altos e outros baixos, alguns brancos e outros negros, alguns machos e outros fêmeas, etc. Mas a esquerda nega diferenças mentais ou, desde que estas sejam evidentes demais para ser negadas, ela as tenta explicar como "acidentais". Isto é, a esquerda explica essas diferenças como determinadas apenas ambientalmente, de tal modo que uma mudança nas circunstâncias ambientais (mudando uma pessoa das montanhas para o litoral e vice-versa, por exemplo, ou dando a cada pessoa atenções pré e pós-natal idênticas) produziria um resultado igual, e ela nega que essas diferenças são causadas (também) por alguns – comparativamente intratáveis – fatores biológicos. Ou então, naqueles casos em que não se pode negar que os fatores biológicos exercem um papel causal determinando sucesso ou fracasso na vida (dinheiro e fama), como quando um homem muito alto não pode ganhar uma medalha de ouro olímpica na corrida de 100 metros ou uma garota gorda e feia não pode se tornar Miss Universo, a esquerda considera essas diferenças como pura sorte e o resultado do sucesso ou fracasso individual como não merecido. Em qualquer caso, tendo sido causadas por circunstâncias ambientais ou atributos biológicos vantajosos ou desvantajosos, todas as diferenças humanas observáveis devem ser equalizadas. E onde isso não pode ser feito literalmente, como não podemos mover montanhas e mares ou tornar pequeno um homem alto ou negro um homem branco, a esquerda insiste que os imerecidamente "sortudos" devem compensar os "azarados" de modo que cada pessoa

esteja de acordo com uma "condição igual de vida", em correspondência com a igualdade natural de todos os homens.

Com essa curta caracterização da direita e da esquerda, eu retorno ao assunto libertarianismo. A teoria libertária é compatível com a visão de mundo da direita? E: o libertarianismo é compatível com as visões esquerdistas?

Quanto à direita, a resposta é um enfático "sim". Todo libertário apenas vagamente familiarizado com a realidade social não terá dificuldade em reconhecer a veracidade fundamental da visão de mundo direitista. Ele pode, e de fato deve, sob a luz da evidência empírica, concordar com a reivindicação empírica da direita a respeito da fundamental desigualdade não só física mas também mental do homem; e ele pode, em especial, também concordar com a reivindicação de "laissez-faire" da direita, i.e., que essa desigualdade humana natural levará inevitavelmente a resultados também desiguais e que nada pode nem deveria ser feito quanto a isso.

Há apenas uma ressalva, no entanto. Enquanto a direita pode aceitar todas as desigualdades humanas, de pontos de partida ou de resultados, como naturais, os libertários insistiriam que somente as desigualdades que vieram a existir seguindo as regras básicas da interação humana pacífica mencionadas no início são naturais e não devem sofrer interferência. Desigualdades que são o resultado de violações dessas regras, porém, requerem ação corretiva e devem ser eliminadas. E além disso o libertário insistiria que, como uma questão de fato empírico, existem muito poucas entre as inúmeras desigualdades humanas observáveis que são o resultado dessas violações, como os homens ricos que devem sua fortuna não a trabalho duro, visão, talento empresarial ou então a um presente ou herança voluntários, mas a roubo, fraude ou um privilégio monopolístico garantido pelo estado. A ação corretiva requerida em tais casos, no entanto, não é motivada pelo igualitarismo, mas por um desejo de restituição: aquele (e apenas aquele) que pode mostrar que foi roubado, defraudado ou legalmente desfavorecido deveria poder ser restituído novamente por aqueles (e somente aqueles) que cometeram esses crimes contra ele e sua propriedade, incluindo também casos onde a restituição resultaria numa desigualdade ainda maior (como quando um homem pobre defraudou um rico e lhe deve restituição).

Por outro lado: quanto à esquerda, a resposta é um enfático "não". A alegação empírica da esquerda, segundo a qual não existem diferenças mentais significantes entre indivíduos e, por conseguinte, entre vários grupos de pessoas e segundo a qual o que parece ser diferenças deve-se unicamente a fatores ambientais e desapareceriam se o ambiente apenas fosse equalizado, é contradita por toda a experiência cotidiana e montanhas de pesquisa social empírica. Homens não são e não podem ser postos iguais, e seja lá o que se fizer a respeito disso, as desigualdades vão sempre ressurgir. Porém, em especial é a alegação normativa implícita e a agenda ativista da esquerda que a faz incompatível com o libertarianismo. O objetivo esquerdista de igualar todos ou igualar a "condição de vida" de todos é incompatível com a propriedade privada, seja do corpo, seja de coisas externas. Ao invés de cooperação pacífica, ele traz conflito perene e leva à instituição decididamente não igualitária de uma classe dominante permanente reinando sobre o resto das pessoas como seu "material" a ser uniformizado. "Já que", como Murray Rothbard o formulou, "não há duas pessoas uniformes ou 'iguais' em qualquer sentido na natureza, ou nos resultados numa sociedade voluntária, trazer e manter essa igualdade necessariamente requer a imposição permanente de uma elite governante armada de poder coercitivo devastador".[7]

Existem incontáveis diferenças humanas individuais; e existem ainda mais diferenças entre diferentes grupos de indivíduos, uma vez que cada indivíduo pode se encaixar em inúmeros grupos diferentes. É a elite governante que determina quais dessas distinções, se de indivíduos ou de grupos, devem-se considerar como vantajosas e ditosas ou desvantajosas e infelizes (ou então como irrelevantes). É a elite governante que determina como – de inúmeras formas possíveis – realmente realizar a "uniformização" do sortudo e do desafortunado, i.e., o que e quanto "tomar" do sortudo para "dar" ao azarado para alcançar a igualdade. Em particular, é a elite governante, definindo a si mesma como desafortunada, que determina o que e quanto tomar do sortudo e guardar para si. E então qualquer uniformização é alcançada: uma vez que incontáveis novas diferenças e desigualdades estão constantemente ressurgindo, o trabalho de igualador da elite governante jamais poderá chegar a um término natural, mas deve continuar para sempre, eternamente.

[7] Egalitarianism and the Elites, Review of Austrian Economics, 8, 2, 1995, p. 45.

A visão de mundo igualitária da esquerda não é incompatível somente com o libertarianismo, entretanto. Ela está tão fora de contato com a realidade e se deveria imaginar como pode qualquer pessoa levá-la a sério. O homem de rua certamente não acredita na igualdade de todos os homens. O senso comum raso e o preconceito colocam-se contra isso. E mais seguro ainda eu estou de que nenhum dos verdadeiros proponentes da doutrina igualitária realmente, lá no fundo, acredita no que proclama. Mas como, então, poderia a visão de mundo esquerdista vir a se tornar a ideologia dominante da nossa era?

Pelo menos para um libertário, a resposta deveria ser óbvia: a doutrina igualitária alcançou seu status não por ser verdadeira, mas porque confere o amparo intelectual perfeito para o caminho em direção ao controle social totalitário por uma elite governante. A elite governante portanto recrutou a ajuda de uma "intelligentsia" (ou a "classe tagarela"). Esta foi colocada na folha de pagamento ou subsidiada e, em troca, forneceu a mensagem igualitária desejada (a qual essa classe sabe ser errada mas que é enormemente benéfica para suas próprias perspectivas de emprego). E então os mais entusiásticos proponentes do nonsense igualitário podem ser encontrados em meio à classe intelectual.[8]

Dado, então, que o libertarianismo e o igualitarismo professado pela esquerda são obviamente incompatíveis, deve vir como uma surpresa – e é uma prova dos imensos poderes ideológicos da classe governante e sua corte de intelectuais – que muitos que se chamam de libertários hoje são e se consideram parte da esquerda. Como isso é possível?

O que unifica esses libertários de esquerda são sua promoção ativa de várias políticas "anti-discriminatórias" e sua defesa a uma política de imigração "livre e não-discriminatória".[9]

---

[8] Murray Rothbard os listou: "acadêmicos, formadores de opinião, jornalistas, escritores, elites da mídia, assistentes sociais, burocratas, conselheiros, psicólogos, consultores pessoais e especialmente para o acelerado novo igualitarismo de grupo, um verdadeiro exército de 'terapeutas' e formadores de sensibilidade. Mais, é claro, ideólogos e pesquisadores para imaginar e descobrir novos grupos que precisem de equalização." (Ibid, p. 51)

[9] Quanto àqueles entre os chamados hoje de libertários que devem ser contados como esquerdistas, há um teste decisivo: a posição tomada durante as recentes eleições presidenciais preliminares sobre Ron Paul, que é facilmente o mais puro dos libertários a ter ganhado reconhecimento e atenção nacionais e internacionais. Beltway libertarians em torno da Cato, George Mason, Reason e várias outras equipes do 'Kochtopus' o rejeitaram ou até atacaram-no por seu "racismo" e falta de "sensibilidade" e "tolerância"

Esses “libertários”, observou Rothbard, “estão fervorosamente comprometidos com a noção de que, enquanto cada indivíduo não deve ser ‘igual’ aos demais, cada grupo concebível, contingente étnico, raça, sexo ou, em alguns casos, espécies, são de fato e devem ser ‘iguais’ e cada um possui ‘direitos’ que não devem ser submetidos a restrição por nenhuma forma de ‘discriminação’.”[10]

Mas como é possível conciliar essa posição anti-discriminatória com a propriedade privada, a qual todos os libertários deveriam considerar a pedra angular de sua filosofia e que, afinal de contas, significa propriedade exclusiva e, por isso, logicamente implica discriminação?

Esquerdistas tradicionais, é claro, não tem esse problema. Eles não pensam em propriedade privada ou se importam com ela. Uma vez que todos são iguais a todos, o mundo e tudo nele pertence igualmente a todos – toda propriedade é propriedade “comum” – e como iguais co-proprietários do mundo todos têm decerto um igual “direito de acesso” a tudo e a todos os lugares. Na ausência de uma perfeita harmonia de todos os interesses, entretanto, você não pode ter todos dispondo de iguais propriedades e igual acesso a tudo e a todos os lugares sem que isso leve a um conflito permanente. Assim, para evitar essa dificuldade, é necessário instituir um Estado, i.e., um monopolista territorial da tomada suprema de decisões. Ou seja, “propriedade comum” requer um Estado e deve se tornar “propriedade estatal”. É o Estado que, em última análise, determina não apenas quem possui o que; é também o Estado que determina a alocação espacial de todas as pessoas: quem deve viver em que lugar e ter permissão para conhecer e ter acesso a quem – e a propriedade privada é condenada. Afinal de contas são eles, os esquerdistas, que controlariam o Estado.

Mas essa rota de fuga não está aberta a qualquer um que se declare libertário. Este deve levar a sério a propriedade privada.

---

sociais, i.e., em suma: por ser um íntegro “burguês direitista”, levando uma exemplar vida pessoal e profissional.

[10] Ibidem, p. 102

Psicológica e sociologicamente, a atração de libertários por políticas não-discriminatórias pode ser explicada pelo fato de que um número desproporcionalmente grande de libertários são desajustados ou simplesmente estranhos – ou, para usar a descrição de Rothbard, "hedonistas, libertinos, imoralistas, inimigos militantes da religião …, vagabundos, trapaceiros e vigaristas mesquinhos e mafiosos" – que se atraíram pelo libertarianismo por conta da alegada "tolerância" dessa filosofia em relação a desajustados e excêntricos e que agora querem usá-la como um veículo para libertá-los de toda discriminação tipicamente lançada contra seus semelhantes na vida cotidiana. Mas como eles o fazem "logicamene"? Libertários de esquerda, bleeding heart libertarians e humanitarian-cosmopolitan libertarians não são simplesmente esquerdistas. Eles sabem da importância central da propriedade privada. Porém, como eles podem aparentemente de forma lógica reconciliar a noção de propriedade privada com sua promoção às políticas anti-discriminatórias e em especial com sua divulgação por uma política de imigração não-discriminatória?

A resposta curta é: colocando todas as atuais propriedades privadas e sua distribuição entre diferentes pessoas sob suspeita moral. Com essa alegação, os libertários de esquerda caem no erro oposto àquele cometido pelos direitistas não libertários. Como indicado, a direita não libertária comete o erro de considerar toda (ou pelo menos quase toda) propriedade, incluindo em particular a do Estado, como natural e justa. Em oposição distinta, um libertário iria reconhecer e insistir que algumas propriedades atuais, e todas (ou ao menos quase todas) as do Estado, são demonstravelmente não naturais e injustas e como tais requerem restituição e compensação. Ao contrário, os libertários de esquerda afirmam que não somente toda ou a maior parte da propriedade do Estado é não natural e injusta (é desta admissão que eles derivam seu rótulo de "libertários"), como também toda ou maior parte da propriedade privada é não natural e injusta. E, em favor dessa última afirmação, eles apontam para o fato de que todos os atuais patrimônios privados e sua distribuição entre as várias pessoas foram afetados, alterados e distorcidos por ação precedente do Estado e da legislação e que tudo seria diferente e ninguém estaria em mesmos lugar e posição em que atualmente está se não fossem tais interferências estatais prévias.

Sem qualquer dúvida, essa observação está correta. O Estado, em sua longa história, fez algumas pessoas mais ricas e outras mais pobres do que seriam de outro

modo. Matou algumas pessoas e deixou outras continuarem vivas. Moveu pessoas de um lugar a outro. Promoveu algumas profissões, indústrias ou regiões e impediu ou atrasou e alterou o desenvolvimento de outras. Ele premiou algumas pessoas com privilégios e monopólios e legalmente discriminou e desfavoreceu outras, e assim por diante. A lista de injustiças passadas, de ganhadores e perdedores, de criminosos e vítimas, é eterna.

Mas desse fato indisputável não se segue que todas as propriedades ou sua maioria são moralmente duvidosas e necessitam de correção. Por certo, a propriedade estatal deve ser restituída, pois foi adquirida injustamente. Ela deveria ser devolvida a seus donos naturais, i.e., às pessoas (ou seus herdeiros) que foram coagidas para "financiar" essa propriedade "pública" entregando partes de sua própria propriedade privada ao Estado. No entanto, eu não irei me preocupar com essa questão particular da "privatização" aqui.[11] Antes, a alegação de maior alcance, segundo a qual as injustiças do passado tornam todas as propriedades privadas atuais moralmente suspeitas, é o que não se segue e o que certamente não é verdade. Na realidade, a maioria das propriedades privadas provavelmente são justas, independentemente da sua história – a menos e exceto naqueles casos em que um requerente específico pode provar que elas não são. O ônus da prova, entretanto, recai sobre quem quer que conteste as atuais propriedades privadas e sua distribuição. Ele deve mostrar que está na posse de um título da propriedade em questão mais antigo do que o do seu dono atual. Caso contrário, se um requerente não pode provar isso, tudo deve permanecer como atualmente está.

Ou: para ser mais específico e realista: do fato de que Peter ou Paul ou seus parentes, como membros de qualquer grupo concebível de pessoas, foi assassinado, deslocado, roubado, assaltado ou legalmente discriminado no passado e suas atuais propriedades e posição social seriam diferentes se não fossem por essas injustiças passadas, disso não se segue que qualquer atual membro desse grupo tem uma reivindicação justa (por compensação) contra a atual propriedade de qualquer pessoa (nem do mesmo grupo nem de outro). Antes, em cada caso, Peter ou Paul teriam de mostrar, um caso após o outro, que ele possui um título de propriedade de um pedaço específico de terra melhor (por ser mais antigo) do que o de algum nomeado e

[11] Sobre esse assunto veja Hans-Hermann Hoppe, "Of Private, Common and Public Property and the Rationale for Total Privatization", Libertarian Papers, Vol. 3., No.1, 2011. http://libertarianpapers.org/articles/2011/lp-3-1.pdf

identificado dono e alegado criminoso. Certamente existe um número considerável de casos assim em que isso pode ser feito e se deve restituição ou compensação. Mas é igualmente certo que, com o ônus dessa prova recaindo sobre todo contestador de qualquer distribuição atual de propriedade, não se pode ganhar muito por meio de qualquer agenda não-discriminatória igualitária. Pelo contrário, no mundo ocidental contemporâneo, repleto de leis de "ação afirmativa" que premiam vários "grupos protegidos" com privilégios legais às custas dos vários outros grupos correspondentemente desprotegidos e discriminados, mais – não menos – discriminação e desigualdades resultariam se, como requereria a justiça, todos que de fato pudessem fornecer a prova individualizada de sua vitimização fossem permitidos pelo Estado a fazer isso e a mover uma ação e buscar reparação de seu vitimizador.

Mas libertários de esquerda – os bleeding heart e humanitarian-cosmopolitan libertarians – não são conhecidos exatamente como "combatentes" da "ação afirmativa". Antes, e bem ao contrário, para obter a conclusão que eles querem, eles amenizam ou abandonam totalmente a exigência de que o sujeito alegando estar sendo vitimado ofereça uma prova individualizada da vitimização. Tipicamente, para manter seu status intelectual de libertários, os libertários de esquerda o fazem silenciosa, sorrateira ou até inconscientemente, mas com efeito, dando-se essa exigência de justiça, eles substituem a propriedade privada, os direitos de propriedade e as violações de direito pela confusa noção de "direitos civis" e "violações de direitos civis" e os direitos individuais por "direitos de grupo" e assim tornam-se socialistas enrustidos. Dado que o Estado perturbou e distorceu todas as propriedades privadas e distribuições, porém sem a exigência de prova individualizada de vitimização, qualquer um e todos os grupos imagináveis podem facilmente, e sem muito esforço intelectual, de algum modo reivindicar "vitimização" frente a qualquer outra pessoa ou outro grupo.[12]

[12] Caracteristicamente, essa transformação furtiva do libertarianismo em socialismo enrustido por meio da noção confusa de 'direitos civis' já foi identificada há décadas por Murray Rothbard. Para citá-lo: "Através do Movimento Libertário Oficial [de libertários de esquerda], os 'direitos civis' foram abraçados sem questionamentos, substituindo completamente os genuínos direitos de propriedade privada. Em alguns casos, a adesão a um 'direito de não sofrer discriminação' foi explícito. Em outros, quando libertários quiseram ajustar seu novo achado aos seus princípios antigos, e não tiveram aversão a sofismas e sequer a absurdos, eles tomaram o caminho mais furtivo traçado pela União Americana de Liberdades Civis: se deve haver tanto quanto uma pitada de envolvimento do governo, pelo uso de ruas públicas ou um pouco de financiamento do pagador de imposto, então o assim chamado 'direito' de 'igual acesso' deve substituir a propriedade privada ou de fato qualquer tipo de bom senso". Ibid, pp. 102/03.

Aliviados do peso da prova individualizada de vitimização, os libertários de esquerda encontram-se essencialmente sem restrições na sua “descoberta” de novos “vitimizadores” e “vítimas” conforme suas próprias suposições igualitárias pressupostas. Para crédito deles, eles reconhecem o Estado como um vitimizador institucional e invasor dos direitos de propriedade privada (novamente: é daí que eles derivam sua alegação de ser “libertários”). Mas eles veem muito mais injustiças institucionais e estruturais e distorções sociais, muito mais vítimas e vitimizadores, e muito mais necessidade de restituição, compensação e redistribuição de propriedade atendente no mundo atual do que apenas aquelas injustiças e distorções cometidas e causadas pelo Estado e a ser resolvidas e corrigidas pela redução e finalmente pelo desmantelamento e a privatização de toda propriedade do Estado e suas funções. Mesmo se o Estado fosse desmantelado, defendem eles, como efeitos tardios e duradouros de sua longa existência precedente ou de determinadas condições pré-Estado, outras distorções institucionais permaneceriam em vigor as quais iriam requerer correção para se criar uma sociedade justa.

As visões sustentadas pelos libertários de esquerda a esse respeito não são inteiramente uniformes, mas diferem um pouco daquelas promovidas pelos marxistas culturais. Eles assumem como “natural”, sem muito ou nenhum apoio empírico e decerto contra evidência contrária avassaladora, uma sociedade amplamente “plana” e “horizontal” de “iguais”, i.e., de pessoas essencialmente e universalmente homogêneas, de mentalidades e talentos semelhantes e de status econômicos e condições sociais mais ou menos parecidos, e eles consideram todos os desvios sistemáticos desse modelo como o resultado de discriminação e motivos para alguma forma de compensação e restituição. Assim, a estrutura hierárquica de famílias tradicionais, de papéis de sexo e divisão de trabalho entre homens e mulheres, é considerada não natural. Decerto, todas as hierarquias sociais e ordens de posição vertical de autoridade, de executores e chefes de clãs, de patronos, nobres, aristocratas e reis, de bispos e cardeais, de “patrões” em geral e de seus respectivos subalternos e subordinados são vistas com suspeita. Semelhantemente, toda grande ou “excessiva” disparidade de renda e riqueza – do chamado “poder econômico” – e a existência de uma classe inferior de oprimidos bem como a de uma classe superior de pessoas e famílias super ricas são consideradas não naturais. Também, grandes corporações e conglomerados industriais e financeiros são considerados criaturas artificiais do Estado. E igualmente suspeitas, não naturais e em necessidade de reparação são todas as associações, sociedades, congregações, igrejas e

clubes exclusivos e todas as segregações, separações e secessões territoriais, baseadas em classe, sexo, raça, etnia, linhagem, língua, religião, profissão, interesses, costumes ou tradição.

Desse ponto de vista, os grupos "vítimas" e os vitimizadores são facilmente identificados. Como se vê, as "vítimas" compõem a vasta maioria da humanidade. Todos e cada grupo concebível são "vítimas", exceto aquela pequena parte da humanidade composta por homens heterossexuais brancos (inclusive os asiáticos do norte), vivendo vidas tradicionais de famílias burguesas. Eles, e especialmente os mais criativos e bem-sucedidos dentre eles, são (excluindo curiosamente apenas os esportistas ricos ou as celebridades de entretenimento) os "vitimizadores" de todos os outros.

Apesar de essa visão da história humana ser surpreendente de tão bizarra, à luz das conquistas civilizacionais incríveis originadas precisamente por esse grupo minoritária de "vitimizadores", ela coincide quase completamente com a vitimologia propagada também pelos marxistas culturais. Os dois grupos apenas diferem quanto à causa desse "estado estrutural de vitimização" semelhantemente identificado, descrito e deplorado. Para os marxistas culturais, a causa desse estado de coisas é a propriedade privada e o capitalismo desenfreado baseado nos direitos de propriedade privada. Para eles, a resposta para como se reparar o estrago feito é clara e fácil. Toda restituição, compensação e redistribuição necessárias devem ser feitas pelo Estado, o qual eles presumivelmente controlam.

Para os libertários de esquerda essa resposta não funciona. Eles deveriam ser a favor da propriedade privada e da privatização das propriedades estatais. Eles não podem dispor do Estado para fazer a restituição, porque enquanto libertários eles deveriam desmantelar e finalmente abolir o Estado. Porém eles querem mais restituição do que apenas aquela resultante da privatização de toda chamada propriedade pública. Para eles abolir o Estado não é o suficiente para criar uma sociedade justa. Mais é necessário para compensar a mencionada grande maioria de vítimas.

Mas o quê? E com que motivos? Sempre que houver prova individualizada de vitimização, i.e., se uma pessoa A pode demonstrar que outra pessoa B invadiu ou tomou a propriedade de A, ou vice-versa, não existe problema algum! O caso é claro. Mas na

ausência de qualquer prova assim, o que mais os “vitimizadores” devem às “vítimas”, e por que motivos? Como determinar quem deve quem e o quanto de quê? E como implementar esse programa de restituição sem um Estado e sem, portanto, atropelar os direitos de propriedade privada dos outros? Isso representa o problema intelectual central para qualquer autodenominado libertário de esquerda.

Não é de surpreender que a resposta dada por eles a esse obstáculo é evasiva e vaga. De tudo que pude reunir, ela equivale a pouco mais que uma exortação. Como um observador aguçado da cena intelectual resumiu: “Seja legal!” Mais precisamente: vocês do pequeno grupo de “vitimizadores” devem sempre ser especialmente “legais”, piedosos, e inclusive frente a todos os membros da vasta maioria de “vítimas”, i.e., a longa e familiar lista de todos exceto os homens brancos heterossexuais! E como forma de coação: todos os “vitimizadores” que não demonstram respeito apropriado a algum membro de uma classe vítima, i.e., vitimizadores que são “desagradáveis”, impiedosos ou exclusivistas ou que dizem coisas “desagradáveis” e desrespeitosas sobre eles devem ser publicamente evitados, humilhados e envergonhados até mostrarem obediência.

À primeira vista e escuta, essa proposta de como se fazer a restituição pode – como se pode esperar vindo de pessoas “legais” – parecer muito bem intencionada, inofensiva e “legal”. Na verdade, porém, ela é tudo menos um conselho “legal” e inofensivo. Ela é errada e perigosa.

Em primeiro lugar: por que deveria alguém ser particularmente legal com outrem – além do respeito aos seus respectivos direitos de propriedade privada em determinados meios físicos específicos (bens)? Ser agradável é uma ação deliberada e requer um esforço, como todas as ações. Há custos de oportunidade. O mesmo esforço poderia ser feito também para outros efeitos. Decerto, muitas se não a maioria de nossa atividades são conduzidas em solidão e silêncio, sem qualquer interação direta com os outros, como quando preparamos nossa refeição, dirigimos nossos carros ou lemos e escrevemos. Tempo dedicado a ser “agradável com os outros” é tempo perdido para fazer outras coisas, que possivelmente valem mais a pena. Além disso, gentileza deve ser justificada. Por que eu deveria ser legal com pessoas que são desagradáveis comigo? Gentileza deve ser merecida. Gentileza indiscriminada reduz e, por fim, extingue a distinção entre conduta meritória e defeituosa. Gentileza demais será dirigida a pessoas que não a merecem e

muito pouca às que merecem, e o nível geral de grosseria consequentemente irá aumentar e a vida pública se tornará cada vez mais desagradável.

Ademais, existem também pessoas genuinamente más fazendo coisas más de verdade com verdadeiros donos de propriedade privada, principalmente a elite governante a cargo do aparato estatal, como todo libertário teria de admitir. Com certeza ninguém tem a obrigação de ser legal com eles! E ainda, recompensando a vasta maioria de "vítimas" com amor, cuidado e atenção a mais, efetua-se precisamente isto: menos tempo e esforço é dedicado a se exibir um comportamento grosseiro dirigido àqueles que verdadeiramente o merecem. O poder do Estado, então, não será enfraquecido por "gentileza" universal, mas fortalecido.

E por que é em particular a pequena minoria de homens heterossexuais brancos, e especialmente seus membros mais bem-sucedidos, que devem gentileza adicional à vasta maioria de todas as outras pessoas? Por que não o contrário? Afinal de contas, a maior parte, se não todas, das invenções técnicas, máquinas, ferramentas e aparelhos usados atualmente em todo e qualquer lugar, dos quais nossos atuais padrões de vida e confortos dependem decisiva e largamente, originaram-se deles. Todas as outras pessoas, de um modo geral, apenas imitaram o que eles inventaram e construíram primeiro. Todos os outros herdaram de graça o conhecimento incorporado nos produtos dos inventores. E não é o típico núcleo familiar hierárquico de pai, mãe, seus filhos e herdeiros em potencial e seu estilo de vida e conduta "burguesas" – i.e., tudo que a esquerda deprecia e maldiz – que é o modelo economicamente mais bem-sucedido de organização social que o mundo já viu, com o maior acúmulo de bens de capital (riqueza) e os mais altos padrões médios de vida? E não é somente devido às grandes conquistas econômicas dessa minoria de "vitimizadores" que um número cada vez maior de "vítimas" podem participar e ser integradas nas vantagens de uma rede mundial de divisão de trabalho? E não é também somente graças ao sucesso do modelo tradicional de família burguesa branca que os chamados "estilos de vida alternativos" podem surgir e ser mantidos ao longo do tempo? A maioria das "vítimas", então, literalmente não deveriam suas vidas atuais às conquistas dos seus alegados "vitimizadores"?

Por que não dirigem as "vítimas" respeito especial aos seus "vitimizadores"? Por que não concedem honra especial às conquistas e ao sucesso econômicos, e por que não

dão um louvor especial às tradicionais conduta e estilos de vida “normais” em vez de a qualquer alternativa anormal que requer, como uma condição necessária à sua própria permanência, uma pré-existente sociedade dominante circunjacente de pessoas “normais” com estilos de vida “normais”?

Eu voltarei às aparentes respostas a essas perguntas retóricas em breve. Antes, porém, um segundo erro – estratégico – no conselho da esquerda libertária de direcionar gentileza especial às “vítimas históricas” deve ser sucintamente abordado.

Curiosamente, os grupos “vítimas” identificados tanto pelos libertários de esquerda quanto pelos marxistas culturais diferem muito pouco dos grupos também identificados como “desprivilegiados” e em necessidade de compensação pelo Estado. Enquanto que isso não representa problema algum para marxistas culturais e pode ser interpretado como um indicador da extensão do controle que eles já ganharam do aparato estatal, para libertários de esquerda essa coincidência deveria ser causa de preocupação intelectual. Por que o Estado busca o mesmo ou semelhante fim de “não-discriminação” de “vítimas” por “vitimizadores” que eles também querem alcançar, apenas por meios diferentes? Libertários de esquerda são tipicamente alheios a essa questão. E no entanto, para alguém com apenas um pouco de bom senso, a resposta deveria ser aparente.

Para obter controle total sobre cada indivíduo, o Estado deve buscar uma política de divide et impera. Ele deve enfraquecer, degenerar e finalmente destruir todos os outros centros de autoridade social rivais. Mais importante ainda, ele deve enfraquecer a família patriarcal tradicional, sobretudo a família independentemente rica, como centros autônomos de tomada de decisões, semeando e legislando conflitos entre esposas e maridos, filhos e pais, mulheres e homens, ricos e pobres. Igualmente, todas as ordens hierárquicas e posições de autoridade social, inclusive todas as associações, todas as lealdades e ligações pessoais – podendo ser em particular de família, comunidade, etnia, tribo, nação, raça, língua, religião, costume ou tradição – exceto a ligação com um dado Estado qua responsável pelo cidadão e seu passaporte, deve ser enfraquecida e finalmente destruída.

E qual a melhor maneira se de fazer isso senão aprovando leis anti-discriminatórias!

Com efeito, proibindo toda discriminação baseada em sexo, orientação sexual, idade, raça, religião, nacionalidade, etc., etc., um número vasto de pessoas são declaradas "vítimas" credenciadas pelo Estado. Leis anti-discriminatórias, então, são uma convocação de todas as "vítimas" para que encontrem erros e reclamem com o Estado sobre seus próprios "opressores" "favoritos", e especialmente os mais ricos dentre eles, e suas maquinações "opressivas", i.e., seus "sexismo", "homofobia", "machismo", "nativismo", "racismo", "xenofobia" ou o que for, e para que o Estado responda a essa queixas reduzindo o tamanho dos "opressores", i.e., desapropriando-os sucessivamente de sua propriedade e autoridade e, em correspondência, expandindo e fortalecendo seu próprio poder monopolista frente a uma sociedade cada vez mais fraca, fragmentada, dividida e menos homogênea.

Ironicamente, então, e ao contrário do seu autoproclamado objetivo de diminuir ou até eliminar o Estado, os libertários de esquerda com sua vitimologia igualitária peculiar tornam-se cúmplices do Estado e contribuem efetivamente para o agigantamento do seu poder. Por certo, a visão da esquerda libertária de uma sociedade multicultural sem discriminação é, para usar a expressão de Peter Brimelow, Viagra para o Estado.

O que me traz ao meu último tema.

O papel do libertarianismo de esquerda como Viagra para o Estado torna-se ainda mais aparente quando se considera sua posição quanto à questão cada vez mais virulenta da migração. Libertários de esquerda são tipicamente defensores ardentes sobretudo de uma política de imigração livre e não-discriminatória. Se eles criticam a política de imigração do Estado, não é pelo fato de suas restrições de entrada serem as erradas, i.e., de não servirem para proteger os direitos de propriedade dos cidadãos internos, mas pelo fato de ele impor à imigração qualquer restrição que seja.

Mas sobre quais fundamentos deveria haver um direito de imigração "livre" irrestrita? Ninguém tem o direito de ir para um lugar já ocupado por outra pessoa, a menos que tenha sido convidado pelo ocupante atual. E se todos os lugares já estão ocupados, toda imigração o é apenas por convite. Um direito de imigração "livre" existe apenas para países virgens, para fronteiras abertas.

Existem apenas duas maneiras de contornar essa conclusão e ainda salvar a noção de imigração “livre”. A primeira é colocando todos os ocupantes e ocupações de lugares sob suspeita moral. Para esse propósito, muito é feito pelo fato de todas as atuais ocupações de lugares terem sido afetadas por ações, guerras e conquistas de um Estado precedente. E, é bem verdade, as fronteiras estatais foram desenhadas e redesenhadas, pessoas foram deslocadas, deportadas, mortas e reassentadas, e os projetos de infraestrutura financiados pelo Estado (estradas, meios de transporte públicos, etc., etc.) afetou o valor e o preço relativo de quase todos os locais e alterou a distância entre eles e o custo de viagem. Como já explicado num contexto ligeiramente diferente, entretanto, desse fato inconteste não se segue que cada ocupante atual de um lugar tem o direito de migrar para qualquer outro (exceto, é claro, quando ele é dono do lugar ou tem permissão do seu atual dono). O mundo não pertence a todos.

A segunda maneira possível é alegar que toda chamada propriedade pública – a propriedade controlada pelo governo local, regional e central – é semelhante a fronteiras abertas, com acesso livre e irrestrito. Porém isso certamente é errôneo. Do fato de que a propriedade do governo é ilegítima por se basear em expropriações anteriores não se segue que ela seja sem dono e aberta a todos. Ela foi financiada por meio de impostos locais, regionais, nacionais e federais, e então os pagadores desses impostos, e ninguém mais, é que são os donos legítimos de toda propriedade pública. Eles não podem exercer seu direito – esse direito foi apropriado pelo Estado – mas são eles os donos legítimos.

Em um mundo onde todos os lugares são apropriados privadamente, o problema da imigração desaparece. Não existe direito algum de imigração. Existe apenas o direito de trocar, comprar ou alugar vários locais. Porém, e quanto à imigração no mundo real com a propriedade pública sendo administrada por governos estatais locais, regionais e centrais?

Primeiro: como seriam as políticas imigratórias se o Estado, como ele deveria fazer, agisse tal qual um administrador da propriedade pública dos pagadores de impostos? Como seria a imigração caso o Estado agisse como o gerente da propriedade comunitária apropriada conjuntamente e financiada pelos membros de uma associação habitacional ou de um condomínio fechado?

Pelo menos a princípio a resposta é clara. Uma diretriz do administrador quanto à imigração seria o princípio do “custo total”. Ou seja, o imigrante ou seu residente convidado deveria pagar o custo total do uso feito pelo imigrante sobre todos os bens ou comodidades públicos durante sua presença. O custo da propriedade comunitária financiada pelos pagadores de imposto residentes não deveria aumentar ou sua qualidade cair em virtude da presença de imigrantes. Pelo contrário, a presença de um imigrante deveria, se possível, render um lucro aos proprietários residentes, em forma de impostos mais baixos ou taxas comunitária ou uma maior qualidade da propriedade da comunidade (e com isso valorizando todas as propriedades circundantes).

O que a aplicação do princípio do custo total envolve em detalhes depende de circunstâncias históricas, i.e., em particular da pressão de imigração. Se a pressão é baixa, a entrada inicial em estradas públicas pode ser inteiramente irrestrita para “forasteiros”, e todos os custos associados a imigrantes são totalmente absorvidos pelos residentes em expectativa de lucros internos. Toda discriminação após isso deve ser deixada aos proprietários residentes individuais. (Este, acidentalmente, é justamente o estado de coisas, como houve no Ocidente até a Primeira Guerra Mundial.) Mas ainda assim, a mesma generosidade mais provavelmente não seria estendida ao uso pelos imigrantes dos hospitais, escolas, universidades, habitações, piscinas etc. públicos. A entrada nessas comodidades não deveriam ser “gratuitas” para imigrantes. Ao contrário, os imigrantes deveriam pagar um preço para usá-los mais alto do que o pago pelos residentes proprietários que financiaram essas comodidades, de modo a reduzir a carga tributária nacional. E se um imigrante visitante temporário quiser se tornar um residente permanente ele pode ter que pagar um preço de admissão a ser remetido aos donos atuais como compensação pelo uso adicional de sua propriedade comunitária.

Por outro lado, se a pressão de imigração é alta – como tem sido em todo o mundo ocidental dominado por homens brancos heterossexuais – medidas mais restritivas podem ser empregadas para o mesmo propósito de proteger as propriedades privada e comunitária dos residentes internos. Pode haver controles de identidade não apenas nos portos de entrada, mas também a nível local, para manter do lado de fora criminosos e outro tipo de gentalha. E além das restrições específicas impostas pelos residentes individuais aos visitantes com relação ao uso de suas várias propriedades privadas, podem

existir também restrições locais de entrada mais gerais. Algumas comunidades especialmente atraentes podem cobrar uma taxa de entrada para cada visitante (à exceção daqueles convidados pelos moradores) a ser remetida aos residentes proprietários, ou exigir um certo código de conduta quanto a toda propriedade da comunidade. E as exigências para residência permanente em algumas comunidades podem ser altamente restritivas e envolver filtragem intensa e pesados preços de admissão, como ainda é o caso hoje em algumas comunidades suíças.

Mas então é claro que: isso não é o que o Estado faz. As políticas imigratórias dos Estados que são confrontados com as mais altas pressões de imigração, os dos EUA e do oeste da Europa, têm pouca semelhança com as ações de um administrador. Eles não seguem o princípio do custo total. Eles não dizem essencialmente para o imigrante "pagar ou ir embora". Pelo contrário, eles lhe dizem "uma vez dentro, você pode ficar e usar não só todas as estradas mas também todo tipo de comodidades e serviços públicos de graça ou com desconto no preço mesmo se você não pagar". Ou seja, eles subsidiam imigrantes – ou melhor: eles obrigam os pagadores internos de imposto a subsidiá-los. Em particular, eles também subsidiam empregadores internos que importam trabalhadores estrangeiros mais baratos. Porque esses empregadores podem exteriorizar parte dos custos totais associados ao seu emprego – o uso gratuito feito pelos seus empregados estrangeiros das comodidades e propriedades públicas – para outros pagadores internos de imposto. E além disso eles ainda subsidiam a imigração (migração interna) às expensas dos pagadores residentes de imposto proibindo – com leis anti-discriminatórias – não apenas toda restrição local de entrada, mas também e cada vez mais todas as restrições concernentes à entrada e ao uso de todas as internas propriedades privadas.

E quanto à entrada inicial de imigrantes, como visitantes ou residentes, o Estado não discrimina com base em características individuais (como faria um administrador e todo proprietário com relação à sua própria propriedade), mas com base em grupos ou classes de pessoas, i.e., baseado em nacionalidade, etnia, etc. Eles não aplicam um padrão uniforme de admissão: de checar a identidade do imigrante, conduzindo algum tipo de verificação de crédito sobre ele e possivelmente cobrando-lhe uma taxa de entrada. Em vez disso, eles permitem a entrada gratuita de algumas classes de estrangeiros, sem nenhum requerimento de visto, como se fossem moradores de regresso. Assim, por exemplo, todos os romenos ou búlgaros, independentemente de suas característica

individuais, são livres para migrar para a Alemanha ou para a Holanda e ficar lá fazendo uso e todas comodidades e bens públicos, mesmo se não pagarem e viverem às custas do pagadores de imposto alemães e holandeses. Semelhantemente, para porto-riquenhos frente aos EUA e seus pagadores de imposto, e também para mexicanos, que são efetivamente permitidos a entrar nos EUA ilegalmente, como invasores não convidados e não identificados. Por outro lado, outras classes de estrangeiros são submetidos a penosas restrições de visto. Assim, por exemplo, todos os turcos, de novo independentemente de suas características individuais, devem sofrer um intimidador procedimento de visto e podem ser inteiramente impedidos de viajar para a Alemanha ou à Holanda, mesmo se eles tiverem sido convidados e disporem de fundos suficientes para pagar os custos associados à sua presença.

Os pagadores de imposto residentes são então prejudicados duas vezes: uma vez pela inclusão indiscriminada de algumas classes de imigrantes mesmo quando eles não podem pagar, e outra pela exclusão indiscriminada de outras classes de imigrantes mesmo quando eles podem.

Os libertários de esquerda não criticam, entretanto, essa política de imigração como contrária à de um administrador da propriedade pública pertencente, em última instância, aos pagadores internos de imposto, i.e., por não aplicar o princípio do custo total e por isso descriminar erroneamente, mas simplesmente por discriminar. Imigração livre não-discriminatória para eles significa que a entrada livre de visto e a residência permanente sejam válidas para todos, i.e., para cada imigrante em potencial em iguais termos, independentemente de características individuais ou da capacidade de pagar pelo custo total de sua estadia. Todos são convidados a ficar na Alemanha, na Holanda, na Suíça ou nos EUA, por exemplo, e fazer livre uso de todas as comodidades e serviços públicos.

Para seu mérito, os libertários de esquerda reconhecem algumas das consequências dessa política no mundo atual. Na ausência de qualquer restrição interna ou local relativa ao uso de propriedades e serviços públicos internos e na cada vez maior ausência de restrições concernentes ao uso de propriedades privadas internas (devido a incontáveis leis anti-discriminatórias), o resultado previsível seria um influxo massivo de imigrantes do segundo e terceiro mundos para os EUA e o oeste da Europa e o rápido

colapso do sistema vigente de “bem-estar público” interno. Os impostos teriam de ser acentuadamente aumentados (mais tarde reduzindo a produtividade econômica) as propriedades e serviços públicos iriam se deteriorar dramaticamente. Uma crise financeira de magnitude sem igual sucederia.

Porém por que seria esse um objetivo desejável para qualquer um que se chame libertário? É bem verdade que o sistema de bem-estar financiado por impostos deveria ser eliminado até a raiz. Mas a crise inevitável que uma política de “livre” imigração traria não produz esse resultado. Pelo contrário: crises, como qualquer um vagamente familiar com história saberia, são tipicamente usadas e frequentemente fabricadas de propósito por Estados para posteriormente aumentar seu próprio poder. E certamente a crise produzida por uma política de imigração “livre” seria uma extraordinária.

O que os libertários de esquerda tipicamente ignoram em sua avaliação indiferente ou até mesmo simpática da previsível crise é o fato de que os imigrantes que causaram o colapso ainda estarão fisicamente presentes quando ele ocorrer. Para libertários de esquerda, devido a seus preconceitos igualitários, esse fato não implica um problema. Para eles todas as pessoas são mais ou menos iguais e por isso um aumento no número de imigrantes não tem mais impacto que um aumento da população doméstica por meio de uma taxa maior de natalidade. Para qualquer realista social, entretanto, decerto para qualquer um com algum bom senso, essa premissa é evidentemente falsa e potencialmente perigosa. Um milhão de nigerianos ou de árabes a mais vivendo na Alemanha ou um milhão de mexicanos ou hutus ou tutsis a mais morando nos EUA é algo muito diferente de um milhão a mais de alemães e americanos de casa. Com milhões de imigrantes do segundo e terceiro mundos presentes quando a crise estourar e os contracheques parem de chegar, é altamente improvável que disso suceda um resultado pacífico e surja uma ordem social natural baseada na propriedade privada. Antes, é muito mais provável e de fato quase certo que se desencadeiem guerra civil, pilhagens, vandalismo e guerras de gangues étnicas ou tribais – e o clamor por um Estado forte se tornará cada vez mais claro.

Então por que, pode-se perguntar, o Estado não adota a política da esquerda libertária de imigração “livre” e agarre a oportunidade oferecida pela previsível crise para no futuro fortalecer seu próprio poder? Através de suas políticas internas de não-

discriminação e também de suas políticas imigratórias vigentes, o Estado já fez muito para fragmentar a população doméstica e assim aumentar seu poder. Uma política de imigração "livre" acrescentaria outra enorme dose de "multiculturalismo" não-discriminatório. Isso mais à frente iria fortalecer a tendência para reduzir a homogeneização social e para divisão e fragmentação sociais, o que depois iria enfraquecer as dominantes ordem social e cultura "burguesas", tradicionais, de homens brancos heterossexuais associadas ao "Ocidente".

A resposta para o "por que não?" parece simples, no entanto. Em contraste com os libertários de esquerda, as elites governantes ainda são realistas o suficiente para reconhecer que, apesar das grandes oportunidades para o Estado crescer, a previsível crise também iria implicar alguns riscos incalculáveis e poderia levar a revoltas sociais de proporções tamanhas que eles mesmos poderiam ser varridos do poder e ser substituídos por outras elites "estrangeiras". Assim, as elites governantes procedem apenas gradualmente, passo a passo, em seu caminho em direção a um "multiculturalismo não-discriminatório". E no entanto eles estão felizes com a propaganda de "imigração livre" da esquerda libertária, porque isso ajuda o Estado não somente a continuar com sua atual conduta de divide et impere, mas também a fazê-lo a um ritmo acelerado.

Ao contrário das suas próprias pretensões e declarações anti-estatistas, então, a peculiar vitimologia da esquerda libertária e sua demanda por gentileza e inclusão indiscriminadas frente a uma longa e familiar lista de "vítimas" históricas, incluindo também em particular todos os estrangeiros qua potenciais imigrantes, na verdade revela-se uma fórmula para o posterior crescimento do poder do Estado. Os marxistas culturais sabem disso, e é essa a razão por que eles adotaram justamente a mesma vitimologia. Os libertários de esquerda aparentemente não sabem disso e assim são idiotas úteis dos marxistas culturais na marcha destes em direção ao controle social totalitário.

Deixem-me chegar a uma conclusão e retornar ao libertarianismo e ao tema da esquerda e direita – e portanto também finalmente à resposta às minhas perguntas retóricas anteriores sobre a peculiar vitimologia esquerdista e sua significância.

Você não pode ser um consistente libertário de esquerda, porque a doutrina da esquerda libertária, mesmo sem a intenção, promove fins estatistas, i.e., não-libertários.

Disso muitos libertários chegaram à conclusão de que o libertarianismo não é de esquerda nem de direita. É apenas libertarianismo “raso”. Eu não aceito essa conclusão. Nem Murray Rothbard, aparentemente, quando ele concluiu a citação inicialmente apresentada dizendo: “mas psicologicamente, sociologicamente e na prática, simplesmente não funciona assim”. De fato, eu me considero um libertário de direita – ou, se isso puder soar mais atraente, um libertário realista ou de bom senso – e, assim, um consistente.

É bem verdade que a doutrina libertária é uma teoria puramente apriorística e dedutiva e como tal não diz ou implica nada a respeito das alegações rivais da direita e da esquerda quanto à existência, a medida e as causas das desigualdades humanas. Essa é uma questão empírica. Mas nessa questão a esquerda passa a ser amplamente irrealista, errada e desprovida de qualquer bom senso, enquanto que a direita é realista e essencialmente correta e sensível. Não pode haver, por conseguinte, nada de errado em aplicar uma teoria apriorista correta de como a cooperação humana pacífica é possível a uma descrição realista, i.e., fundamentalmente de direita, do mundo. Pois somente baseado em suposições empíricas corretas sobre o homem é possível chegar a uma avaliação correta quanto à implementação prática e sustentabilidade de uma ordem social libertária.

Realisticamente, então, um libertário de direita não apenas reconhece que capacidades físicas e mentais são distribuídas desigualmente entre vários indivíduos dentro de cada sociedade e que assim cada sociedade se caracterizará por incontáveis desigualdades, por estratificação social e uma infinidade de ordens hierárquicas de sucesso e autoridade. Ele reconhece também que tais capacidades são distribuídas desigualmente entre muitas sociedades diferentes coexistindo no planeta e que, consequentemente, o mundo como um todo se caracterizará por desigualdades regionais e locais, disparidades, estratificação e ordens hierárquicas. Assim como os indivíduos, as sociedades também não são todas iguais e em pé de igualdade umas com as outras. Ele também observa mais adiante que entre essas capacidades desigualdades distribuídas, tanto dentro de uma dada sociedade quanto entre sociedades diferentes, está também a capacidade mental de reconhecer as exigências e os benefícios da cooperação pacífica. E observa que as condutas dos muitos Estados regionais e locais e suas respectivas elites governantes que emergiram de sociedades diferentes podem servir como um bom

indicador para os vários graus de afastamento do reconhecimento dos princípios libertários em tais sociedades.

De modo mais específico, ele observa realisticamente que o libertarianismo, como um sistema intelectual, foi primeiro desenvolvido e mais adiante elaborado no mundo ocidental, por homens brancos, em sociedades dominadas por homens brancos. Que é em sociedades dominadas por homens brancos heterossexuais que a adesão aos princípios libertários é a maior e os afastamentos dela os menos severos (como indicado por políticas estatais comparativamente menos maléficas e extorsivas). Que são homens heterossexuais brancos que demonstraram as maiores engenhosidade, indústria e proezas econômicas. E que são sociedades dominadas por homens brancos heterossexuais, e sobretudo os mais bem-sucedidos dentre eles, que produziram e acumularam a maior quantidade de bens de capital e alcançaram os mais altos padrões médios de vida.

Sob a luz disso, como um libertário de direita, eu iria com certeza primeiro dizer aos meus filhos e alunos: sempre respeite e não invada os direitos de propriedade privada dos outros e reconheça o Estado como um inimigo e decerto como a própria antítese da propriedade privada. Mas eu não deixaria assim. Eu não diria (ou sugeriria implicitamente) que, uma vez tendo satisfeito essa exigência, "vale tudo", que é bem o que libertários "rasos" parecem estar dizendo! Eu não seria um relativista cultural como a maioria dos libertários "rasos" pelo menos implicitamente são. Em vez disso, eu acrescentaria (no mínimo): seja e faça o que quer que o faça feliz, mas sempre tenha em mente que, tão logo você seja uma parte integral da divisão mundial de trabalho, sua existência e seu bem-estar dependem decisivamente da existência continuada dos outros, e especialmente da existência continuada de sociedades dominadas por homens heterossexuais brancos, suas estruturas familiares patriarcais e seu estilo de vida e conduta burgueses e aristocráticos. Por isso, mesmo que você não queira ter parte alguma nisso, reconheça que você no entanto é um beneficiário desse modelo "ocidental" padrão de organização social e por isso, para o seu próprio bem, não faça nada para debilitá-lo mas, ao contrário, seja favorável a ele como algo a ser respeitado e protegido.

E para a longa lista de "vítimas" eu diria: faça suas coisas, viva sua vida, desde que o faça pacificamente e sem invadir os direitos de propriedade privada dos outros. Se e na medida em que você estiver integrado à divisão internacional de trabalho, você não

deve restituição a ninguém e ninguém lhe deve restituição alguma. Sua coexistência com seus supostos "vitimizadores" é mutuamente benéfica. Mas tenha em mente que, enquanto os "vitimizadores" podem viver sem você, apesar de que com um padrão de vida mais baixo, o contrário não é verdade. O desaparecimento dos "vitimizadores" irá pôr em risco a sua própria existência. Por isso, mesmo que você não queira se modelar a partir do exemplo fornecido pela cultura do homem branco, seja consciente de que somente devido à existência continuada desse modelo é que todas as culturas alternativas podem se sustentar com seu atual padrão de vida e que, com o desaparecimento desse modelo "ocidental" como uma Leitkultur globalmente efetiva, a existência de muitos, se não todos, de seus colegas "vítimas" seria posta em risco.

Isso não significa que você deve ser acrítico em relação ao mundo "ocidental" dominado pelos homens brancos. Afinal de contas, até mesmo essas sociedades que seguem mais estritamente esse modelo possuem também seus vários Estados que são responsáveis por atos repreensíveis de agressão não apenas contra sua própria propriedade doméstica mas também contra estrangeiros. Mas nem onde você mora nem em qualquer outro lugar o Estado deveria ser confundido com "o povo". Não é o Estado "ocidental", mas o estilo de vida e conduta "tradicionais" (normais, padrões, etc.) do "povo" ocidental, já sob ataque cada vez mais duro dos "seus" próprios governantes estatais na sua caminhada em direção ao controle social totalitário, que merece seu respeito e do qual você é um beneficiário.

II. Democracia, descivilização e a busca por uma nova contracultura

Uma vez que toda ação requer o emprego de meios físicos específicos – um corpo, o espaço que este ocupa, objetos externos – um conflito entre agentes diferentes deve surgir sempre que dois agentes tentarem utilizar o mesmo meio físico almejando fins diferentes. A origem do conflito é sempre e invariavelmente a mesma: a escassez e o caráter rival de meios físicos. Dois agentes não podem ao mesmo tempo utilizar os mesmos meios físicos – os mesmos corpos, espaços e objetos – para fins alternativos. Se tentam fazê-lo, haverá um atrito. Portanto, a fim de evitar conflitos ou resolvê-los se ocorrerem, um princípio prático e critério de justiça ou direito é necessário, i.e., um princípio regulador do que é o justo, legal ou "adequado" vs. o injusto, ilegal ou "inadequado" uso e controle (propriedade) de meios físicos escassos.

Pela lógica, o que é necessário para evitar todos os conflitos é claro: só é preciso que todos os bens sejam sempre e permanentemente possuídos de maneira privada, i.e., controlados especificamente por algum indivíduo específico (ou parceria individual ou associação), e que seja sempre identificável qual bem foi possuído e por quem, e qual não o foi ou foi possuído por outra pessoa. Os planos e objetivos de vários agentes-empreendedores buscando o lucro podem, então, ser os mais distintos possíveis, e ainda assim nenhum conflito surgirá desde que suas respectivas ações envolvam somente e exclusivamente o uso de suas próprias propriedades privadas.

No entanto, como esta situação: a completa e inequivocamente clara privatização de todos os bens, pode ser alcançada na prática? Primeiramente, como coisas físicas podem se tornar propriedade privada; e como conflitos podem ser evitados nestes atos iniciais de privatização?

Uma única solução praxeológica para esse problema existe e é, em essência, conhecida pela humanidade desde seus primórdios – ainda que tenha sido elaborada e logicamente reconstruída de maneira lenta e gradual. Para evitar conflitos desde o início, é necessário que a propriedade privada seja fundada a partir de atos de apropriação original. A propriedade deve ser estabelecida por meio de atos (em vez de meras palavras, decretos ou declarações), porque somente através da ação, que ocorre no tempo e espaço,

um elo objetivo (verificável intersubjetivamente) pode ser estabelecido entre uma pessoa específica e uma coisa específica. E somente o primeiro apropriador de uma coisa anteriormente não-apropriada pode adquirir essa coisa e sua propriedade sem conflito, dado que, por definição, como primeiro apropriador, ele não pode ter incorrido em conflito com alguém ao se apropriar do bem em questão, uma vez que todos os outros apareceram em cena apenas posteriormente.

A implicação importante disso é que conquanto cada pessoa seja a dona exclusiva de seu próprio corpo físico como seu meio primário de ação, nenhuma pessoa pode ser dona do corpo de outra pessoa, dado que podemos usar o corpo de outra pessoa somente de maneira indireta, i.e., usando nosso próprio corpo diretamente apropriado e controlado primeiro. Assim, a apropriação direta precede lógica e cronologicamente a apropriação indireta; e por conseguinte, qualquer uso não consensual do corpo de outra pessoa é uma apropriação injusta de algo já diretamente apropriado por essa pessoa.

Toda propriedade justa (lícita), então, remonta diretamente ou indiretamente, através de uma cadeia de transferência mutualmente benéficas (e portanto isenta de conflitos) de títulos de propriedade, a apropriadores anteriores e finalmente originais bem como a atos de apropriação. Mutatis mutandis, todas as reivindicações e usos de coisas por uma pessoa que não as apropriou e tampouco as produziu, nem as adquiriu de algum dono anterior através de uma troca isenta de conflitos, são injustas (ilícitas).

Deixe-me enfatizar que considero esses insights elementares argumentativamente irrefutáveis, e portanto, uma verdade a priori. Se você quer viver em paz com outras pessoas – e você demonstra que assim o deseja se envolvendo numa argumentação com elas! –, então somente uma solução existe: você deve ter propriedade privada (exclusiva) de todas as coisas escassas e adequadas a serem usadas como meios (ou bens) para o alcance de fins (objetivos) humanos; e a propriedade privada dessas coisas deve ser fundada em atos de apropriação original – o fronteiramento reconhecível de recursos escassos – ou em transferências voluntárias de um dono anterior para um posterior.

Podemos dizer, então, que essas regras expressam e explicam a “lei natural”. “Natural”, dado o objetivo autenticamente humano da interação pacífica; e “natural”,

porque essas leis são "dadas" e meramente descobertas como tais pelo homem. Isto é, elas enfaticamente não são leis inventadas, forçadas ou decretadas. Na verdade, toda lei feita pelo homem (em vez de descoberta ou identificada), i.e., nenhuma legislação, é de fato lei, mas uma perversão desta: ordens, comandos ou prescrições que não levam à paz, mas ao conflito, e portanto são disfuncionais à própria finalidade das leis.

Isso não significa que, com a descoberta dos princípios da lei natural, todos os problemas de ordem social estão resolvidos e toda fricção vai desaparecer. Conflitos não só poderiam ocorrer como ocorreriam, mesmo se todos soubessem como evitá-los. E, em todo caso de conflito entre duas ou mais partes rivais, a lei deve ser aplicada – e para isso, juris-prudência, julgamentos e adjudicações (em vez de juris-dição) são necessários. Podem haver disputas sobre se eu ou você aplicamos erroneamente os princípios em casos específicos acerca de bens particulares. Podem haver discordâncias sobre os "verdadeiros" fatos de um caso: quem estava onde e quando, e quem havia tomado posse disso ou aquilo nos tais e tais momentos e lugares? E pode ser tedioso e demorado estabelecer e classificar esses fatos. Várias disputas prévias e posteriores devem ser investigadas. Contratos talvez tenham que ser analisados. Dificuldades podem surgir na aplicação dos princípios a recursos subterrâneos, à água e ao ar, e especialmente a fluxos de água e ar. Ademais, sempre há a questão da punição "adequada" a dado crime, i.e., encontrar a medida de restituição ou retribuição apropriada de quanto um agressor deve à sua vítima, e então fazer valer os vereditos da lei.

Por mais difíceis que esses problemas possam eventualmente ser, os princípios diretores a serem seguidos na procura de uma solução são sempre claros e indisputáveis.

Em todo caso de conflito levado a tribunal buscando julgamento, a presunção é sempre a favor daquele que atualmente detém a posse do recurso em questão e, mutatis mutandis, o ônus da prova sempre recai sempre sobre o opositor de um status quo e estado de posses atual. O opositor deve demonstrar que ele, ao contrário da aparência prima facie, tem uma reivindicação mais antiga que o atual possuidor sobre dado bem. Se, e somente se, um opositor demonstrar isso com sucesso, a posse questionável deve ser devolvida a ele como propriedade. Por outro lado, se o opositor falhar na defesa de seu caso, não só a posse é mantida como propriedade do atual dono, mas também o atual possuidor obtém uma reivindicação legal sobre seu opositor. De fato, o tempo e corpo do

atual possuidor foram indevidamente apropriados pelo opositor durante sua argumentação rejeitada. Ele poderia ter feito outras coisas, preferíveis, com seu corpo e tempo em vez de se defender contra seu opositor.

Algo também importante: o processo a ser selecionado para ministrar a justiça em conformidade com o que foi indicado é claro, e implícito na própria finalidade da resolução de conflitos pacífica e argumentativa. Visto que ambos os litigantes em qualquer disputa de propriedade – Pedro e Paulo – enunciam ou mantém pretensões de verdade opostas – “eu, Pedro, sou o dono legítimo de tal recurso” versus “não, eu, Paulo, sou o dono legítimo desse mesmo recurso” – e então, ambos Pedro e Paulo são partes interessadas, parciais e tendenciosas em favor de um certo resultado do julgamento, somente uma terceira parte neutra ou desinteressada pode ser confiada à tarefa de ministrar a justiça. Esse procedimento não garante que a justiça sempre vá ser feita, é claro. Mas assegura que a probabilidade de vereditos injustos seja minimizada e erros de julgamento sejam corrigidos mais provável e facilmente. Em resumo, então, para toda e cada disputa de propriedade entre duas (ou mais) partes litigantes, deve ser de tal maneira que teremos: Nenhuma parte jamais poderá julgar e agir como juiz último de nenhuma disputa envolvendo ela mesma. Em vez disso, todo apelo à justiça deve ser feito a “outsiders”, i.e., a juízes terceiros imparciais.

Podemos chamar a ordem social que emerge da aplicação desses princípios e procedimentos uma “ordem natural,” um “sistema de justiça natural,” uma “sociedade de leis privadas” ou uma “constituição da liberdade.”

Curiosamente, apesar da receita e os requisitos de uma ordem natural parecerem intuitivamente plausíveis e razoavelmente pouco exigentes para suas partes constituintes, i.e., para nós como agentes individuais, na realidade, contudo, vivemos num mundo drasticamente distante desse arranjo. Certamente, ainda há vestígios de justiça e direito natural na vida civil e na condução de disputas civis, mas o direito tem se tornado progressivamente mais deformado, distorcido, corrompido, afogado e enterrado sob montanhas cada vez mais altas de legislação, i.e., regras e procedimentos em discordância com a justiça e lei natural.

Não é muito difícil identificar a causa raiz deste distanciamento cada vez mais notável entre a ordem natural e a realidade social, e explicar essa transformação como consequência inevitável de um erro original elementar e fundamental. Esse erro – o "pecado original," se preferir – é a monopolização da função de juízo e arbitragem. Isto é, o "pecado original" é designar uma pessoa ou agência (mas ninguém mais!) para agir como juiz último de todos os conflitos, também incluindo conflitos envolvendo ela mesma.

A instituição desse tipo de monopólio aparentemente constitui a definição clássica de um estado como um monopolista da tomada suprema de decisões e da violência em um dado território que não foi adquirido nem por atos de apropriação original, nem por trocas voluntárias de um dono prévio. O estado – e ninguém mais! – é designado e permitido a ser o juiz de suas próprias ações e a usar da violência para fazer valer seu juízo.

Isso, per se, envolve uma dupla violação da justiça e lei natural. Por um lado, porque o estado proíbe todos envolvidos em uma disputa de propriedade com ele próprio a apelar por justiça para qualquer potencial juiz terceiro de fora; e mutatis mutandis, porque o estado exclui a todos (exceto a si próprio) a possibilidade de oferta de serviços de arbitragem para esse tipo de conflito.

Ademais, do erro original seguem consequências previsíveis. Como regra universal, cada monopólio, blindado da concorrência, leva a preços mais altos e produtos ou serviços de qualidades mais baixas do que poderiam ser. No caso singular de um monopólio judicial e do serviço específico da arbitragem, isso significa que por um lado a qualidade do direito e justiça vai cair e a lei natural será sucessivamente substituída pela legislação produzida pelo monopólio, i.e., deturpações da lei. Previsivelmente, o monopolista usará sua posição como tomador supremo de decisões não só para resolver conflitos entre proprietários litigantes, mas, cada vez mais, para iniciar ou provocar conflitos com proprietários, para então decidi-los em seu próprio favor, i.e., para expropriar a propriedade justa de outros para sua vantagem na base de suas próprias leis inventadas. E por outro lado, o preço a ser pago por justiça aumentará. Na realidade, o preço por justiça não será simplesmente um "preço alto" que aqueles que buscam justiça podem ou não estar dispostos a pagar (como seria o caso em qualquer outro monopólio),

mas um imposto que deverão pagar concordando ou não. Isto é, os proprietários envolvidos em disputas de propriedade com o estado não serão só expropriados pela legislação, mas também devem pagar ao estado por esse “serviço” de expropriação, assim adicionando ainda um insulto ao dano.

Com efeito, com o estabelecimento de um monopólio judicial, toda propriedade privada se torna essencialmente propriedade fiduciária, i.e., propriedade privada concedida pelo estado. A propriedade privada é só provisoriamente privada, e deixada ao controle privado, i.e., até que alguma lei ou regulamentação feita pelo estado decida pelo contrário, criando então um ambiente de insegurança jurídica permanente e causando um aumento na taxa social de preferência temporal.

Deixe-me dar nome a este processo que é iniciado com o estabelecimento do estado: o progressivo distanciamento de uma ordem e sistema de justiça natural, e a crescente corrosão do direito à propriedade privada e o respectivo aumento do poder legislativo e regulatório do estado, o processo de descivilização.

Ainda que sua direção seja estável, o processo de descivilização, que começou com o estabelecimento do estado, pode avançar em diferentes velocidades em diferentes épocas e localidades, as vezes mais lentamente e as vezes em ritmo mais acelerado. No entanto, pode ser identificado outro erro adicional que resultará na aceleração do processo de descivilização. Este segundo erro é a transformação do estado num estado democrático. Essa transformação não envolve nenhuma mudança no status do estado como um monopolista judicial. Porém envolve uma mudança dupla significativa: o ingresso no estado e a posição de juiz supremo é aberta para cada habitante (adulto) de um dado território e a função de juiz supremo é exercida só temporariamente, por um curto período fixo pelo ganhador de uma eleição periódica na qual cada pessoa tem direito a um voto, secreto e anônimo.

Previsivelmente, essa mudança levará a uma sistemática aceleração do processo de descivilização.

Por um lado, como sobretudo Helmut Schoeck demonstrou amplamente, o sentimento de inveja é uma das forças descivilizatórias mais difundidas e poderosas.

Todas as grandes religiões, portanto, condenam o desejo por propriedade alheia como pecaminoso. Em uma ordem natural ou em um sistema de lei e justiça natural, as pessoas também, algumas mais e outras menos, são tentadas a expropriar a propriedade de outrem para sua própria vantagem. Mas em uma ordem natural, bem em conformidade com prescrições religiosas, essas tentações são consideradas imorais e ilegítimas e espera-se que todos reprimam tais desejos. Com um estado instituído, algumas – poucas – pessoas têm a permissão de ceder a esses desejos imorais por um período indeterminado e usar a legislação e taxação como meios para satisfazer seus próprios desejos pela propriedade alheia. Somente com a democracia, no entanto, i.e., com a livre e irrestrita entrada no estado, todas as restrições e inibições morais contra a tomada da propriedade legal de outrem são removidas. Todos são livres para satisfazer tais tentações, e propor e promover todas as medidas legislativas e impostos possíveis para obter vantagens as custas de outras pessoas. Isto é, enquanto em uma ordem natural espera-se que todos gastem seu tempo exclusivamente com produção ou consumo, em condições democráticas, cada vez mais tempo é gasto com política, i.e., na defesa e promoção de atividades que não são nem produtivas nem consuntivas, mas exploratórias e parasitárias da propriedade alheia. Aliás, até os opositores deste projeto devem desperdiçar seu tempo com empreendimentos improdutivos, i.e., com política, ainda que apenas para defender a si mesmos e suas propriedades ou tomar precauções contra tais invasões. Na verdade, sob condições democráticas, uma nova classe de pessoas aparece – os políticos – cuja profissão é propor e promover decretos-lei e impostos projetados para expropriar a propriedade de alguns em vantagem de outros (incluindo, e principalmente, eles mesmos).

Ademais, devido às eleições periódicas, a politização da sociedade nunca chega ao fim, mas é constantemente reacesa e continuada. A insegurança jurídica e a desordem são então aumentadas e as preferências temporais da sociedade vão aumentar ainda mais, i.e., progressivamente encurtando o horizonte temporal levado em consideração nos planos de ação de cada um. E no processo da concorrência política, i.e., na competição pela posição de tomador supremo de decisões, os políticos e partidos que vão ascender ao topo são os com menos escrúpulos morais e as melhores habilidades como demagogos, i.e., os que propõem e propagam o conjunto mais popular de demandas imorais e ilegais, de um estoque quase infinito de demandas assim disponíveis na opinião pública.

Por outro lado – o outro lado da mesma moeda – a democracia levará à corrupção crescente. Com a livre entrada no estado, a resistência contra o domínio estatal é reduzida e o tamanho do estado aumentará. O número de empregados e administradores do estado aumentará, e como suas rendas e sustento são dependentes da continuação do poder de legislação e taxação do estado, eles vão, não necessariamente, mas muito provavelmente, se tornar apoiadores leais e confiáveis do estado. Particularmente, a classe dos intelectuais, i.e., os produtores de palavras (escritores), em contraste com os produtores de coisas (fabricantes), serão então comprados e corrompidas. Isso porque, como a demanda por palavras em vez de coisas é pouca e inconstante, intelectuais sempre estão desesperados por qualquer ajuda que possam conseguir para sobreviver, e o estado, em necessidade permanente de apoio ideológico ao seu ataque implacável contra a lei e justiça natural, está totalmente disposto a oferecer tal ajuda e empregá-los como educadores públicos em troca da propaganda apropriada.

Porém, não só empregados do estado são corrompidos. A receita tributária e o alcance do controle do estado a outros bens e títulos não-monetários vai exceder em muito o que é necessário para empregar e equipar seus funcionários. O estado também pode dispersar renda e assistência para vários membros da sociedade civil. A lealdade dos pobres e oprimidos pode ser garantida através dos chamados programas de bem-estar social, e os ricos e capitães bancários e industriais, e indiretamente seus empregados, podem ser corrompidos através de privilégios governamentais, contratos, e títulos do governo com juros. E essa mesma política pode ser usada com o propósito de “dividir” os membros da sociedade civil, para assim controlar mais facilmente uma população cada vez mais fragmentada e “atomizada”. Divide et impera!

Apesar da direção geral da evolução social poder ser predita com segurança, baseando-se em algumas premissas elementares sobre a natureza do homem, do estado e principalmente da democracia, todos os detalhes acerca do processo de descivilização permanecem incertos e nebulosos. Mais especificamente, a história tem que ser consultada. Em particular a história dos últimos 100 anos deve ser verificada, i.e., a história desde o final da Primeira Guerra Mundial em 1918, quando a democracia moderna surgiu, tomando o lugar do antigo estado monárquico.

Conquanto essa história confirme a previsão geral, os verdadeiros resultados são deveras horrendos, superando os piores anseios. No que se refere à degeneração moral e à corrupção, e levando em consideração somente os EUA como principal exemplo e modelo de um estado democrático, alguns indicadores devem ser suficientes para ilustrar.

Nos EUA, o Code of Federal Regulations (Código de Regulações Federais) – um documento listando todas as regras e regulações do governo – não existia no início do período (até 1937). Até 1960, o Código havia chegado a 22.877 páginas, e até 2012 havia inchado a um total de 174.545, subdivididas em 50 títulos, regulando, nos mínimos detalhes, tudo o imaginável, de agricultura e aeronáutica até transporte, vida selvagem e pesca. Enquanto a lei natural é composta por somente três princípios: a autopropriedade, apropriação original e a transferência contratual de propriedade de um dono anterior para um posterior, hoje, depois de 100 anos de democracia, nenhum aspecto da produção e consumo é deixado livre e sem regulamentações. Ademais, no começo desse período, não haviam mais que um punhado de “crimes federais”, ligados a questões como “traição” ou “suborno de funcionários públicos” (enquanto todos os crimes “normais” eram definidos e julgados pelos estados individuais). Até 1980, o número de “crimes federais” já havia crescido para cerca de 3.000, e até 2007 havia chegado a 4.450, criminalizando não somente ações cada vez mais inofensivas e crimes sem vítimas mas também motivos, pensamentos, palavras e discursos.

Como segundo indicador do grau de corrupção, é revelador contrastar o número da população total com o número de dependentes do estado. Atualmente, a população total dos EUA é de cerca de 320 milhões, ou 260 milhões, se subtrairmos o número de pessoas menores de 18 anos e impedidos de votar. Em contraste, o número de pessoas totalmente ou muito dependente de subsídios estatais para seu sustento inclui o seguinte: o número de funcionários do estado (de todos os níveis do governo) é de cerca de 22 milhões. 46 milhões de pessoas recebem “food stamps” (vales-refeição). 66 milhões de pessoas são recipientes da previdência social. 8 milhões de pessoas recebem seguro-desemprego. Os gastos do governo federal com empresas com fins lucrativos chega próximo de $500 bilhões, o que, de acordo com uma estimativa de Charles Murray, equivale a cerca de 22% da mão de obra americana, ou 36 milhões de pessoas. Por fim, as organizações sem fins lucrativos e ONGs, com receitas anuais de $2 trilhões e quase 12 milhões de empregados, recebem do governo aproximadamente um terço de seu

financiamento, o que equivale a cerca de mais 3 milhões de dependentes – o que portanto leva o número de dependentes do estado a mais ou menos 181 milhões de pessoas. Ou seja, somente 79 milhões de pessoas, ou cerca de um terço do total da população adulta (maior de 18) dos EUA de 260 milhões (ou por volta de 25% da população total de 320 milhões) pode se dizer totalmente ou em grande parte independente do estado, enquanto perto de 70% da população adulta dos EUA e 57% da população total são contabilizados como dependentes do estado.

Finalmente, como terceiro indicador da corrupção e degeneração moral, é instrutivo olhar para o topo do sistema do estado democrático: os políticos e partidos políticos que comandam e dirigem o show democrático. Nesse aspecto, quer olhemos para os EUA ou qualquer estado satélite na Europa e ao redor do mundo, o cenário é igualmente claro e inequívoco – e igualmente sombrio. Se julgados pelos padrões da justiça e direito natural, todos os políticos, de todos os partidos e praticamente sem exceção, são culpados, quer direta ou indiretamente, de assassinatos, homicídios, invasões, expropriações, roubos, fraudes, e de apropriações de bens roubados em uma escala massiva e contínua. E cada nova geração de políticos e partidos parece ser pior, e acumula ainda mais atrocidades e perversões além do montante já existente, de maneira a nos fazer sentir quase nostálgicos quanto ao passado.

Todos eles deveriam ser enforcados, ou presos numa cadeia para que apodreçam, ou forçados a indenizar-nos.

Mas: em vez disso, eles desfilam em público em plena luz do dia e se autoproclamam – pomposamente, pretensiosamente, arrogantemente, presunçosamente – como santos benévolos: como bons samaritanos, servos altruístas do interesse público, benfeitores, salvadores da humanidade e da civilização. Auxiliados por uma intelligentsia contratada, eles dizem ao público, incontáveis vezes e com infinitas variações, que, como no País das Maravilhas, nada é o que parece:

> *“Quando eu uso uma palavra”, disse Humpty Dumpty num tom bastante desdenhoso, “ela significa exatamente o que quero que signifique: nem mais nem menos.”*

> *"A questão é", disse Alice, "se pode fazer as palavras significarem tantas coisas diferentes."*
>
> *"A questão", disse Humpty Dumpty, "é saber quem vai mandar — só isto."*

E são os políticos, que são aqueles que mandam, que estipulam que agressão, invasão, homicídio e guerra são na verdade legítima defesa, enquanto legítima defesa é agressão, invasão, homicídio e guerra. Liberdade é coerção, e coerção é liberdade. Poupança e investimento são consumo, e consumo é poupança e investimento. Dinheiro é papel, e papel é dinheiro. Impostos são pagamentos voluntários, e preços voluntariamente pagos são taxas impostas exploratórias. Contratos não são contratos, e não-contratos são contratos. Produtores são parasitas, e parasitas são produtores. Expropriação é restituição, e restituição é expropriação. De fato, o que podemos ver, ouvir ou perceber de outra maneira não existe, e aquilo que não podemos ver, ouvir ou perceber de outra maneira existe. O normal é anormal e o anormal normal. Preto é branco e branco é preto. Macho é fêmea e fêmea é macho, etc…

Ainda pior, a esmagadora maioria do povo, em muito superando mesmo o número de dependentes do estado, cai nessa bobagem. Políticos não são desprezados e ridicularizados, mas tidos em alta estima, aplaudidos, admirados, e até glorificados pelas massas. Em sua presença, e em particular vis-à-vis políticos de alto escalão, a maioria das pessoas se mostram admiradas, submissas e servis. Mesmo aqueles que se opõem e denunciam um político ou partido em particular, só o fazem para propor e glorificar outro político ou partido igualmente absurdo e confuso. E a intelligentsia, ao encontrar reflexos de sua baboseira verbal no blablabla, nos discursos deste ou aquele político ou partido político, praticamente baba neles.

E por outro lado: o número daqueles que se atém aos princípios da justiça e da lei natural como base de todos os julgamentos morais, e que, então, avaliam o mundo contemporâneo como um "Absurdistão", i.e., um hospício comandado por megalomaníacos loucos, constitui não mais do que uma minoria minúscula da população, menor até que o famigerado 1% de "super-ricos" de fama esquerdista (e com ínfima, se existente, intersecção com tal grupo). E ainda menor é o grupo daqueles que também reconhecem, ainda que de maneira vaga, a causa sistemática desse cenário. E todos esses

– as poucas pessoas sãs que restaram no hospício – são, então, sob constante ameaça dos guardiões e comandantes desse “Absurdistão” chamado democracia, e são taxados Neandertais, reacionários, extremistas, burros pré-iluministas, sociopatas ou escória.

O que me traz à Property and Freedom Society (PFS). Porque ela reúne precisamente estes neandertais banidos: pessoas que conseguem enxergar através da “Schmierentheater” (névoa de poeira) diante de seus olhos, que estão fartas de toda tagarelice dos políticos e dos queridinhos da mídia, e que por isso possuem apenas um desejo: deixar, i.e., optar pela saída do sistema legal imposto sobre elas pelo estado democrático.

Porém, onde quer que estes neandertais morem, eles se encontram no mesmo dilema: a saída está obstruída ou completamente vedada. Secessão de um território estatal não é permitida. Pode-se emigrar de um país para outro e então deixar um estado com jurisdição A pela jurisdição B. Mas os bens imobiliários assim permanecem submetidos à jurisdição A, também e especialmente no caso de venda, e do mesmo modo permanece a transferência de todos os bens móveis submetidos a jurisdição A. Ou seja, ninguém, em lugar nenhum, pode sair com sua propriedade intacta, seja permanecendo ou mudando para outro lugar. E não apenas a secessão é proibida e considerada traição pelos políticos, mas é também vista como ilegítima, como fugir de suas responsabilidades, também pela esmagadora maioria da pessoas “educadas”, ou melhor, submetidas a lavagem cerebral. Portanto, as coisas parecem estar perdidas para os neandertais.

A PFS não pode oferecer um modo de resolver este dilemma, claro. Seus encontros, também, devem ocorrer em um local e estão submetidos a jurisdição e lei estatais. Não se pode nem ter certeza que reuniões como as nossas serão permitidas sempre e em toda parte. Os encontros da PFS não podem oferecer nada mais que uma breve escapada, um indulto, da vida real de prisioneiros de um hospício, se não pelo local, ao menos na realidade virtual das ideias, pensamentos e argumentos.

Mas logicamente, estes mesmos encontros possuem um propósito real. Eles pretendem provocar uma mudança nas coisas mundanas. No mínimo, eles visam prevenir que a cultura neandertal. i.e., a cultura da lei natural, ordem e justiça, seja completamente

extinta. Eles pretendem ajudar a sustentar e fornecer munição intelectual para esta espécie rara de pessoas e cultura.

Todavia, de forma mais ambiciosa, a PFS visa ajudar estes neandertais e suas culturas a recuperar forças na opinião pública expondo-os e exibindo-os como contracultura e espécimes fascinantes e excepcionalmente atrativas.

Para alcançar este objetivo, a PFS, aparentemente de forma paradoxal, pratica uma política de discriminação rigorosa, i.e., de exclusão e inclusão. Assim, por um lado, a PFS exclui e discrimina sistematicamente todos os representantes e promotores da atual cultura dominante estatal democrata: todos os políticos profissionais, juízes, promotores, carcereiros, assassinos, cobradores de impostos e banqueiros estatais, todos os promotores de guerras, e todos os defensores do socialismo, do positivismo legal, do relativismo moral e do igualitarismo, seja de “resultado” ou de “oportunidade”. Por outro lado, positivamente, a PFS busca e aceita somente pessoas que adotaram para suas vidas a máxima de Jefferson “Não existe uma verdade que eu tema … ou que desejaria que fosse desconhecida por todo o mundo,” que assim não tenha nenhum “tabu” e nada “politicamente correto”, e que esteja comprometido com o radicalismo intelectual intransigente, disposto a seguir os mandamentos da razão aonde quer que eles possam levar. Mais especificamente, a PFS busca e aceita somente pessoas dedicadas ao reconhecimento da propriedade justamente adquirida e dos direitos de propriedade, liberdade contratual, livre associação e dissociação, livre comércio e paz.

Seguindo esta política rigorosa de discriminação a PFS, após 10 anos de existência, se estabeleceu como um autêntico monopólio no mundo das sociedades intelectuais: uma sociedade formada por indivíduos extraordinários de todas as idades, atividades intelectuais e profissionais, livres e desintoxicados de todo estatismo e de qualquer coisa estatista, inigualáveis na abrangência e profundidade de seus radicalismos, reunidos em um belíssimo ambiente e unidos em um espírito de sociabilidade e companheirismo; uma sociedade vilipendiada, desprezada e até odiada (e no fundo invejada) por todos os habituais suspeitos, e ainda assim aclamada por todos que têm a sorte e a sabedoria de comparecer e vivenciá-la.

No entanto, diferentemente de outros monopólios ‘normais’, não é meu objetivo preservar e manter a atual posição monopolística da PFS. Muito pelo contrário. Ao dar o exemplo, produzindo algo interessante e verdadeiramente belo – um bem público produzido privadamente, se assim quiser – minha esperança é que a atual posição monopolística da PFS seja apenas temporária, e seu exemplo sirva de inspiração para outros, que cada vez mais associações e encontros similares surjam, que a incultura democrática dominante seja cada vez mais colocada na defensiva e na posição de ser ridicularizada publicamente, e que acima de tudo eles, os proponentes e expoentes da incultura democrática reinante sejam considerados párias na sociedade civilizada.

Temos alguns sinais positivos: os eventos de um dia do Mises Circles pelas principais cidades americanas, os encontros da Wertewirtschaft de Rahim Taghizadegan, na Áustria, e as conferências Eigentuemlich-Frei de Andre Lichtschlag, na Alemanha. No entanto, temo que equiparar os feitos da PFS seja uma tarefa difícil e que ela manterá seu status exclusivo por um bom tempo. Pessoalmente, planejo continuar este projeto até quando minhas forças, e especialmente as da Gülçin, aguentarem, e principalmente, até quando vocês continuarem vindo e apoiando efetivamente a iniciativa e o produto intelectual que é a PFS.

III. Libertarianismo e a Alt Right: em busca de uma estratégia para a mudança social

Conhecemos o destino dos termos liberal e liberalismo. Eles foram afixados por tantas pessoas diferentes e em tão diferentes posições que perderam todo o seu significado e se tornaram um rótulo vazio e indescritível. O mesmo destino agora está cada vez mais ameaçando os termos “libertário” e “libertarianismo” que foram inventados para recuperar uma parte da precisão conceitual perdida com o desaparecimento dos antigos rótulos.

Contudo, a história do libertarianismo moderno ainda é bastante jovem. Começou na sala de estar de Murray Rothbard e encontrou sua expressão quase canônica no seu livro Por uma Nova Liberdade: O Manifesto libertário, que foi publicado em 1973. E, então, eu sou esperançoso e ainda não estou disposto a abandonar o termo libertarianismo como ele foi definido e explicado por Rothbard, com incomparável clareza e precisão, apesar das inúmeras tentativas dos tão chamados libertários de se envolverem e se apropriarem do bom nome do libertarianismo com algo inteiramente diferente.

O cerne teórico e irrefutável da doutrina libertária é simples e direto, e eu já o expliquei repetidamente neste lugar. Se não houvesse escassez no mundo, conflitos humanos – ou mais precisamente confrontos físicos – seriam impossíveis. Conflitos interpessoais são sempre conflitos envolvendo coisas escassas. Eu quero fazer A com uma dada coisa e você quer fazer B com a mesma coisa. E por causa de tais conflitos – e porque nós somos capazes de nos comunicar e argumentar com os outros – procuramos por normas de comportamento com o propósito de evitar esses conflitos. O objetivo das normas é evitar conflitos. Se não quiséssemos evitar conflitos, a busca por normas de conduta seria sem sentido. Nós poderíamos simplesmente lutar e brigar.

Na ausência de perfeita harmonia de todos os interesses, os conflitos envolvendo recursos escassos só podem ser evitados se todos os recursos escassos fossem propriedade privada exclusiva de algum indivíduo ou grupo de indivíduos. Só assim eu posso agir de

forma independente – com as minhas próprias coisas – de você – com suas próprias coisas – sem nos chocarmos.

Mas quem é o dono de quais recursos escassos como sua propriedade privada e quem não? Primeiro: cada pessoa é dona do seu corpo físico, que somente ela e mais ninguém pode o controlar diretamente. E segundo, quanto aos recursos escassos que podem ser controlados apenas indiretamente (que precisam ser apropriados pela nossa própria natureza, i.e., aquilo que não pode ser apropriado – nosso corpo): O controle exclusivo (propriedade) é adquirido por e atribuído a essa pessoa que apropriou o recurso em questão primeiro ou quem o adquiriu através de trocas voluntárias – livres de conflitos – do seu dono anterior. Porque somente o primeiro apropriador do recurso, e todos os posteriores donos conectados a ele por meio de uma série de trocas voluntárias, podem possivelmente adquirir e ganhar controle dele sem conflitos, isso é, pacificamente. De outra forma, se o controle exclusivo for atribuído aos retardatários, o conflito não é evitado, mas pelo contrário, o propósito das normas se torna inevitável e permanente.

Diante deste público, não preciso entrar em maiores detalhes, exceto adicionar isto: se você quer viver em paz com as outras pessoas e evita confrontos físicos e, se tais confrontos ocorrem e você procura resolver pacificamente, então você deve ser um anarquista ou, mais precisamente, você deve ser um anarquista de propriedade privada ou anarcocapitalista ou um defensor da sociedade de leis privadas.

E por implicação, então, e de novo sem muito mais a acrescentar: alguém – qualquer um – não é libertário ou simplesmente é um falso libertário se afirma e advoga por uma ou mais das seguintes coisas a seguir: a necessidade de um estado – qualquer estado -, de propriedade pública (estatal), de impostos a fim de viver em paz; a existência e justificação de qualquer dos assim chamados “direitos humanos” ou “direitos civis” ou outro que não seja o direito à propriedade privada, tais como os “direitos das mulheres”, os “direitos homossexuais”, os “direitos de minorias”, o “direito” de não ser discriminado, o “direito” à imigração livre e irrestrita, o “direito” a uma renda mínima garantida ou à saúde gratuita, ou o “direito” de estar livre de palavras e pensamentos ofensivos. Os defensores de qualquer dessas ideias podem se chamar como quiserem, e – como libertários – nós podemos cooperar com eles, à medida que tal cooperação ofereça o

compromisso de nos aproximar do nosso objetivo final, mas eles não são libertários ou são apenas falsos libertários.

E aí, “uma coisa engraçada aconteceu no caminho para o fórum”. Enquanto Rothbard e eu, seguindo os seus passos, nunca nos desviamos dessas crenças fundamentais teoricamente fundamentadas, não apenas não-libertários mas também – em particular – os falsos libertários, i.e., pessoas que afirmam – falsamente – serem libertárias e até possivelmente muitas delas são honestas ainda que libertários imbecis, selecionaram e nos vilipendiaram como sua e encarnação do mal e espectros favoritos. Rothbard – o spiritus rector do libertarianismo moderno – foi estigmatizado por esse público tão chamado de “antifascista” como um reacionário, um racista, um sexista, um autoritário, um elitista, um xenófobo, um fascista, e, para superar tudo, um nazista judeu autointolerante. E eu herdei todos esses títulos honrosos e alguns mais (exceto pela parte do judeu). Então, que coisa engraçada aconteceu aqui?

Tentar desenvolver uma resposta a esta questão me leva ao tema deste discurso: o relacionamento entre o libertarianismo e a direita alternativa ou a “alt right“, que ganhou notoriedade nacional e internacional depois de Hillary Clinton, durante a última eleição presidencial, que a identificou como um dos grupos de deploráveis torcendo por Trump (e à sua liderança, dou seus devidos créditos, por – após a eleição vitoriosa de Trump – rapidamente romper com o Trump quando descobriu que ele era só mais um presidente belicista).

O movimento alt right é essencialmente o sucessor do movimento paleoconservador que ficou proeminente no começo de 1990 tendo o colunista e autor de best-selling Patrick Buchanan como seu mais conhecido representante. Ficou um pouco dormente no fim dos anos 90, e recentemente, à luz de um dano crescente feito à América e à sua reputação pela sucessão da administração Bush I, Clinton, Bush II e Obama, fez ressurgir mais vigoroso do que antes sob um novo rótulo de alt right. Algumas das principais lideranças associadas com a alt right apareceram aqui nos nossos encontros ao longo de anos: Paul Gottfried que cunhou o termo, Peter Brimelow, Richard Lynn, Jared Taylor, John Derbyshire, Steve Sailer e Richard Spencer. Bem como o nome de Sean Gabb e o meu são ocasionalmente mencionados em conexão com a alt right, e o meu trabalho tem sido também estreitamente relacionado com o movimento neorreacionário

inspirado por Curtis Yarvin (aka Mencius Moldbug) e seu blog, agora extinto, "Unqualified Reservations". Em suma, essas relações pessoais e associações me renderam várias menções honrosas pelo grupo mais famoso de difamação da América, o SPLC (aka Centro Mentiroso de Pobreza Soviética).

E aí: E quanto à relação entre o libertarianismo e a alt right e as minhas razões para ter convidado lideranças representativas da alt right para encontros com libertários?

Libertários são unidos pelas irrefutáveis crenças teóricas fundamentais mencionadas desde o princípio. Eles são claros sobre o objetivo que eles querem alcançar. Mas a doutrina libertária não implica muito, se é que implica alguma coisa, em relação a estas duas questões seguintes: Primeiro, como manter uma ordem libertária uma vez que você a alcançou. E, segundo, como alcançar a uma ordem libertária de um ponto de partida não libertário, o que requer que, a) esta deve descrever corretamente um ponto de partida e b) identificar corretamente os obstáculos colocados no caminho dos fins libertários em seu próprio ponto de partida. Para responder as essas questões, além da teoria, você também precisa de algum conhecimento da psicologia humana e da sociologia, ou, pelo menos, um pouco de senso comum. Ainda que muitos libertários e falsos libertários são simplesmente ignorantes em psicologia humana e sociologia ou mesmo desprovidos de qualquer senso comum, eles aceitam cegamente, contra todas as evidências, uma visão igualitária e inexpressiva da natureza humana de que todas as pessoas e todas as sociedades e culturas são essencialmente iguais e intercambiáveis.

Enquanto muito do libertarianismo contemporâneo pode ser então caracterizado como teoria e teóricos sem psicologia e sociologia, muitos ou mesmo a maioria dos alt right podem ser descritos, em contraste, como psicologia e sociologia sem teoria. Os alt right não estão unidos por uma teoria comumente mantida, e não existe nada, nem mesmo que ligeiramente, que pareça um texto canônico que defina o seu significado. Em vez disso, a alt right é essencialmente unida na sua descrição do mundo contemporâneo e, em particular, dos Estados Unidos e o chamado Mundo Ocidental, e a identificação e o diagnóstico de suas patologias sociais. Na verdade, tem sido corretamente notado que a alt right é muito mais unida pelo o que é contra do que pelo o que é a favor. O que eles são contra, e que de fato odeiam com paixão, são as elites no controle do estado, a mídia mainstream e a academia. Por que? Porque todos eles promovem a patologia e a

degeneração social. Assim, eles promovem e os alt right vigorosamente se opõem ao igualitarismo, as ações afirmativas (aka leis de não discriminação), o multiculturalismo e a livre imigração em massa como o meio de promover esse multiculturalismo.

Assim como a alt right detesta tudo o que lembre o marxismo cultural ou o gramscismo e todo o politicamente correto e, de forma estrategicamente sábia, fazem desdém, sem nenhuma desculpa ou qualquer outra coisa, de todas as acusações de serem racistas, sexistas, elitistas, suprematistas, homofóbicos, xenofóbicos, etc., etc. E os alt right também riem com o -irremediavelmente ingênuo – lema programático dos ditos libertários, tais como o Students for Liberty (que eu também denominei de "Estúpidos Pela Liberdade", e meu velho amigo alemão Andre Lichtschlag se referiu a eles como "libertários Liberallala"), de "paz, amor e liberdade" que Lichtschlag apropriadamente traduziu para o Alemão como "Friede Freude Eierkuchen" [NT.: Paz, Prazer e Panquecas]. Em um forte contraste a isso, os membros da alt right insistem que a vida também é sobre conflitos, ódio, briga e luta, não apenas entre os indivíduos, mas também entre diversos grupos de pessoas agindo em conjunto.

O "Millennial Woes", de Colin Robertson, nos tem – eu acho – resumido a alt right: "A igualdade é uma besteira, a hierarquia é essencial, as raças são diferentes, os sexos são diferentes, a moralidade importa e a degeneração é real. Todas as culturas não são iguais e nós não somos obrigados a achar que elas são. O homem é uma criatura decadente e há mais na vida do que o materialismo oco. Finalmente, a raça branca importa e a civilização é preciosa. Isto é a alt right."

Sem qualquer teoria unificadora, porém, há muito menos acordo entre a alt right sobre o objetivo que querem alcançar ultimamente. Muitos dos seus protagonistas têm tendências claramente libertárias – mais notavelmente aqueles que vieram aqui (o que, é claro, foi uma razão por terem sido convidados) mesmo se não fossem 100% e que não se identificassem assim. Todos os alt right que apareceram aqui, por exemplo, familiarizaram-se com Rothbard e seu trabalho, enquanto que o mais recente candidato a presidente do Partido Libertário nunca nem tinha ouvido falar o nome de Rothbard, e todos eles, até onde sei, foram partidários francos de Ron Paul durante a sua campanha primária para a nominação do Partido Republicano como candidato presidencial,

enquanto que muitos autoproclamados libertários atacavam e tentavam vilipendiar Ron Paul por suas supostas (e vocês já sabem o que está por vir) opiniões “racistas”.

Entretanto, diversos dos líderes da alt right e muitos dos seus seguidores têm endossado pontos de vista que são incompatíveis com o libertarianismo. Antes com Buchanan e agora com Trump, eles estão inflexíveis sobre completar uma política de imigração restritiva, altamente seletiva e discriminatória – o que é inteiramente compatível com o libertarianismo e seu desejo por liberdade de associação e a sua oposição à integração forçada – com uma política estridente de comércio restrito, protecionismo econômico e tarifas protecionistas – o que são antiéticas para o libertarianismo e hostil à prosperidade humana. Deixe-me adiantar e acrescentar aqui que apesar das minhas discordâncias quanto à sua economia, ainda considero Pat Buchanan um grande homem.

Outros se afastaram ainda mais, como Richard Spencer, quem primeiro popularizou o termo alt right. Ao mesmo tempo em que, graças a várias façanhas publicitárias recentes, ganhou algum tipo de notoriedade nos EUA, Spencer afirmou ser o líder máximo de um movimento supostamente poderoso e unificado (um esforço, que por sinal, foi ridicularizado por Taki Theodoracopulos, que é um veterano campeão do movimento paleo-conservador inclinado à alt right e foi o antigo empregador de Spencer). Quando Spencer apareceu por aqui, há vários anos atrás, ele ainda exibia fortes inclinações libertárias. Infelizmente, isso mudou e o Spencer agora condena, sem nenhuma restrição e tudo mais, todos os libertários e tudo que é libertário e foi longe demais até mesmo a apoiando o socialismo, desde que seja o socialismo de e apenas para pessoas brancas. Que horrível decepção!

Devido à falta de qualquer base teórica, essa divisão do movimento alt right em facções rivais dificilmente pode ser considerada uma surpresa. Ainda assim, esse fato não deve enganar alguém para descartá-la, porque a alt right trouxe muitos insights que são de importância central na abordagem de uma resposta para as duas questões mencionadas antes não respondidas pela teoria libertária: de como manter uma ordem libertária e como podemos chegar a essa ordem partindo do status quo atual incontestavelmente não libertário. A alt right não descobriu esses insights. Eles foram estabelecidos há muito tempo atrás e, na verdade, em grande parte, elas são não mais do que o senso comum.

Mas, nos últimos tempos, tais insights foram enterrados embaixo de montanhas de propaganda igualitária esquerdista, e a alt right deve receber os créditos por trazê-los de volta à luz.

Para ilustrar a importância de tais insights, primeiro deixe-me ver a primeira questão não respondida:

Muitos libertários mantêm a visão de que tudo o que é necessário para manter uma ordem social libertária é uma execução estrita do principio de não agressão (PNA), de outra forma, contanto que alguém se abstenha de agredir, de acordo com a visão deles, o princípio de "viver e deixe viver" deverá bastar. Ainda que, com certeza, enquanto este "viva e deixe viver" soa atraente para adolescentes rebelados contra a autoridade familiar e todas as convenções e controles sociais – e muitos jovens foram atraídos inicialmente para o libertarianismo acreditando que este "viva e deixe viver" é a essência do libertarianismo – e, embora o princípio – de fato – suporta e se aplica às pessoas que vivem distanciadas e lidando entre si somente indiretamente e à distância, isso não se aplica, ou melhor, é insuficiente quando se trata de pessoas que vivem próximas umas das outras, como vizinhos e habitantes de uma mesma comunidade.

Um simples exemplo é suficiente para demonstrar esse ponto. Assuma que há um novo vizinho ao lado. Este vizinho não inicia agressão contra você ou a sua propriedade de qualquer maneira, mas ele é um vizinho "ruim". Ele está bagunçando a própria propriedade vizinha dele, transformando-a em uma pilha de lixo. Ao ar livre, para você ver, ele se dedica a um ritual de massacre de animais ou ele transforma a casa dele em um "Freudenhaus", um bordel, com clientes chegando e partindo o dia todo e a noite inteira. Ele nunca oferece ajuda e nunca mantém nenhuma promessa que ele fez. Ou ele não pode ou então se recusa a falar com você na sua própria linguagem. E assim por diante… Então sua vida é transformada em um pesadelo. Ainda que você não possa usar a violência contra ele, porque ele não está agredindo você, o que você pode fazer? Você pode evitá-lo e condená-lo ao ostracismo. Mas o seu vizinho não se importa e, de qualquer forma, a sua "punição" sozinha faz pouca ou nenhuma diferença para ele. Você tem que ter o respeito e a autoridade comum ou deverá recorrer a alguém que tenha essa autoridade de persuadir e convencer a todos ou a maioria dos membros da sua comunidade a fazer o mesmo e tornar o vizinho ruim a um exilado social, de modo a exercer pressão o suficiente

sobre ele para vender a sua propriedade e sair. (Isso é muito para os libertários que, além do seu lema “viva e deixe viver” também saúdam ao lema do “não respeitar nenhuma autoridade!”)

A lição? A convivência pacifica dos vizinhos e das pessoas em contato regular e direto um com o outro em algum território, i.e., uma ordem social tranquila e convivente – requer também uma comunhão de cultura: de linguagem, religião, costumes e convenções. Pode haver coexistência pacífica de diferentes culturas à distância, com territórios fisicamente separados, mas o multiculturalismo e a heterogeneidade cultural não podem existir em um mesmo lugar no território sem levar a uma diminuição da confiança social, aumentar a tensão e, em última instância, o apelo a um homem forte e a destruição de qualquer coisa que se assemelhe a uma ordem social libertária.

E, aliás, assim como uma ordem libertária deve estar sempre alerta contra os “maus” vizinhos (mesmo que não agressivos), por meio do ostracismo social, i.e., por uma cultura comum do “você não é bem vindo aqui”, e então, de fato, de forma mais vigilante, deve-se estar em alerta contra vizinhos que abertamente advogam pelo comunismo, socialismo, sindicalismo ou a democracia em qualquer aparência ou forma. Assim, eles – ao representar uma ameaça abertamente a todos os proprietários e a toda e à propriedade privada – devem não somente ser evitados, mas devem – usando um meme do Hoppe famoso agora – ser “removidos fisicamente”, se necessário pela violência e forçados a procurar outras pastagens. Não fazer isso inevitavelmente leva ao comunismo, ao socialismo, ao sindicalismo ou à democracia, e, portanto, o total oposto de uma ordem social libertária.

Com essa “endireitada” ou, como eu diria, esses insights de senso comum em mente, me volto agora à questão mais desafiadora de como chegar lá partindo daqui do status quo. E, para isso, pode ser instrutivo primeiro considerar brevemente a resposta dada pelo libertário “liberallala”, o “paz, amor e liberdade”, o Friede-Freude-Eierkuchen ou o “capitalismo é amor”. Isso revela o mesmo igualitarismo básico, mesmo que em uma forma ligeiramente diferente, como também é demonstrado pelos libertários “viva e deixe viver”. Estes, como acabei de tentar expor, definem aquilo que nós podemos chamar de “o problema do mau vizinho” e o que é meramente um rascunho para o problema geral representado pela coexistência de culturas distintas, diferentes, estrangeiras, mutualmente

perturbadoras, irritantes, estranhas ou hostis – simplesmente fora da realidade. E, na verdade, se você assumir, contra toda evidência empírica, que todas as pessoas, em todo lugar, são exatamente iguais, então, por definição, algo como o “problema do mau vizinho” não poderia existir.

O mesmo igualitarista, ou como os próprios libertários “liberallala” preferem se chamar, o espírito “humanitário” também vem em resposta à questão de uma estratégia libertária. Em poucas palavras, o que ele aconselha é: seja legal e converse com todos – e aí, a longo prazo, os melhores argumentos libertários vencerão. Para ilustrar, tome como exemplo os cinco “’ Nãos’ quando se fala de liberdade” (https://fee.org/articles/the-dos-and-don-ts-talking-liberty/) do meu antigo amigo, que se tornou inimigo, Jeffrey Tucker. Eles são “1º Não seja agressivo; 2º Não presuma ódio à liberdade; 3º não presuma objetivos diferentes; 4º Não presuma ignorância; 5º Não considere ninguém como um inimigo”. Agora, independente do fato de que Tucker parece não seguir o seu próprio conselho em sua condenação beligerante à toda a alt right como fascistas inimigos da liberdade, eu acho sua advertência verdadeiramente espantosa. Estes podem ser bons conselhos frente a pessoas que acabaram de surgir do nada, sem qualquer história rastreável e tudo mais, mas frente a pessoas reais com uma história registrada, eles me parecem tão irremediavelmente ingênuos, não realistas e totalmente contraproducentes na busca do objetivo libertário. Eu, e eu suponho que todo mundo aqui, conheci muitas pessoas na minha vida que são ignorantes, que realmente têm metas diferentes, não libertárias e que realmente odeiam a liberdade, como entendida pelos libertários – e por que diabos eu não deveria considerar essas pessoas como tolos ou inimigos? E por que eu não deveria odiar e deveria não ser agressivo diante dos meus inimigos?

Como uma estratégia libertária, então, eu acho que o conselho de Tucker deve ser simplesmente considerado como uma piada ruim. Mas, certamente, esse é um bom conselho se alguém busca adentrar ao estado como algum tipo de conselheiro “libertário”, e isso pode explicar muito bem o entusiasmo no qual o libertarianismo “humanitário” de Tucker foi abraçado por toda a multidão libertários “liberallala”.

Fora da terra de fantasia dos igualitaristas, porém, no mundo real, os libertários devem, acima de tudo, ser realistas e reconhecer desde o princípio, assim como a alt right faz, a desigualdade não apenas entre os indivíduos, mas também entre as diferentes

culturas como um dado inextirpável da existência humana. Devemos ainda reconhecer que existem muitos inimigos da liberdade, tal como a definimos pelo libertarianismo e que eles, não nós, são responsáveis pelos assuntos mundanos que, em muitas partes do mundo contemporâneo, o controle deles sob a população é tão completo que as ideias de liberdade e de uma ordem social libertária são praticamente inauditas ou consideradas impensáveis (a não ser como um jogo intelectual ocioso ou ginástica mental por alguns indivíduos exóticos); e que essencialmente só no Ocidente, nos países da Europa Ocidental e Central, e nas terras estabelecidas por esses povos, que a ideia de liberdade está tão profundamente enraizada que esses inimigos ainda podem ser desafiados abertamente. Limitando nossas considerações estratégicas apenas ao Ocidente, podemos identificar, praticamente como a alt right efetivamente fez, esses agentes e agências como nossos principais inimigos.

Eles são, em primeiro lugar e acima de tudo, as elites governantes no controle do aparato estatal e, em particular, o chamado "estado profundo" ou o chamado "Domo" dos Militares, dos Serviços Secretos, dos Bancos Centrais e da Suprema Corte. Assim como, incluem os líderes do complexo industrial militar, i.e., as empresas nominalmente privadas, que devem sua existência ao estado como o seu exclusivo ou principal comprador, e também incluem os líderes dos grandes bancos comerciais, que devem seus privilégios de criação de dinheiro e crédito a partir do nada à existência do Banco Central em seu papel de "credor em último recurso". Eles juntos – o estado, os grandes negócios estatais e os grandes bancos – formam um grupo extremamente poderoso, mesmo que com pequena admiração da sociedade, que juntos arruínam em conjunto a enorme massa de pagadores de impostos e vivem em grande parte às suas custas.

O segundo, muito maior, grupo de inimigos é feito de intelectuais, os educadores e educratas (a.k.a. burocratas educadores) desde o mais alto nível da Academia até o nível de escolas primárias e jardins de infância. Financiados quase exclusivamente, seja direta ou indiretamente, pelo estado – que em sua esmagadora maioria se tornaram as ferramentas suaves e os dispostos executores nas mãos de uma elite governante e seus projetos para um poder absoluto e um controle total. E em terceiro lugar, há os jornalistas da mídia mainstream como o dócil produto do sistema educacional e os covardes destinatários e divulgadores das "informações" governamentais.

Igualmente importante no desenvolvimento de uma estratégia libertária então é a seguinte pergunta: quem são as vítimas?

A resposta padrão libertária para isto é: os pagadores de impostos, em oposição aos consumidores de impostos. Ao passo que isso ainda esteja essencialmente correto, é – na melhor das hipóteses – apenas parte da resposta e libertários poderiam aprender algo a este respeito com a alt right: porque, além do estrito aspecto econômico, também há um amplo aspecto cultural que deve ser considerado na identificação das vítimas.

A fim de expandir e aumentar seu poder, as elites governantes têm conduzido por várias décadas aquilo que Pat Buchanan identificou como uma "guerra cultural sistemática", visando a transvaloração de todos os valores e a destruição de todas as instituições e vínculos sociais naturais ou, se preferir, "orgânicos" tais como famílias, comunidades, grupos étnicos e nações relacionadas genealogicamente, de modo a criar uma população cada vez mais atomizada cuja única característica compartilhada e unificadora é a sua dependência existencial comum ao estado. O primeiro passo nessa direção, tomado já há meio século ou mais, foi a introdução do "bem-estar público" e da "segurança social".

Desse modo, a classe mais miserável e os idosos foram transformados em dependentes do estado, e o valor e a importância da família e da comunidade foram correspondentemente diminuídos e enfraquecidos. Mais recentemente, se proliferaram passos mais avançados nesta direção. Uma nova "vitimologia" tem sido proclamada e promovida. Mulheres – e em particular as mães solteiras – negros, pardos e latinos, homossexuais, lésbicas, bissexuais e transexuais foram premiados com o status de "vítima" e lhes concederam privilégios legais por meio de decretos de não-discriminação e de ações afirmativas.

Assim, mais recentemente, esses privilégios foram expandidos também aos imigrantes estrangeiros – quer sejam legais ou ilegais – à medida que eles caem em uma destas categorias mencionadas acima ou são membros de religiões tais como, por exemplo, o Islã. O resultado? Não somente o problema mencionado anteriormente do mau vizinho não foi evitado ou resolvido, mas, ao invés disso, foi sistematicamente promovido e intensificado. A homogeneidade cultural foi destruída e a liberdade de

associação e a segregação e separação física voluntária de diferentes pessoas, comunidades, culturas e tradições foram substituídas por um penetrante sistema de integração social forçada.

Além disso, cada grupo de vítima mencionado foi, portanto, colocado em oposição um com o outro e todos eles foram colocados contra homens brancos, heterossexuais e cristãos – e em particular àqueles casados e aos seus filhos – como o único grupo remanescente legalmente desprotegido de supostos “vitimadores”. Consequentemente, como um resultado da transvaloração de todos os valores promovida pelas elites governantes, o mundo virou de cabeça pra baixo. A instituição do grupo familiar – que era o pai, a mãe e seus filhos – formava a base da civilização ocidental, como a civilização mais livre, mais industrial, mais engenhosa e completa conhecida pela humanidade, i.e., a própria instituição e as pessoas que têm feito os maiores bens da história humana, têm sido oficialmente estigmatizadas e vilificado como a origem de todos os problemas sociais e sendo feitos como mais profundamente desfavorecidos, e até mesmo perseguidos, grupos pela política implacável da elite inimiga do divide et impera [dividir para conquistar].

Consequentemente, dado o presente grupo de assuntos, qualquer estratégia libertária promissora deve, assim como a alt right já reconheceu, primeiro e acima de tudo ser adaptada e direcionada a este grupo das pessoas mais severamente vitimizadas: Casais brancos cristãos e com filhos, em particular se pertencem também à classe de pagadores de impostos (em vez de consumidores de impostos), e todos os que mais se assemelham ou aspiram a esse padrão de organização e de ordem social e que podem ser a esperança mais realista de público mais receptivo à mensagem libertária (Ao passo que o menor apoio deve ser esperado a vir dos grupos mais protegidos tais como, por exemplo, mães solteiras muçulmanas negras sob Welfare).

Agora, dado esse grupo de inimigos perpetuadores versus as vítimas do ocidente contemporâneo, então, eu consigo agora chegar à tarefa final de tentar esboçar uma estratégia libertária realística de mudança social, especificidades das quais terão que ser precedidas por duas considerações gerais: Por um lado, dado que a classe de intelectuais, desde o topo da academia até os jornalistas formadores de opinião da mídia mainstream e assim por diante, são financiados por – e firmemente vinculados ao – sistema dominante

– ou seja, eles fazem parte do problema – também não devem se esperar que eles desempenhem um papel importante, isso se houver papel, na solução dos problemas. Por conseguinte, a tão chamada estratégia de mudança social Hayekiana, que prevê a propagação de ideias libertárias precisas começando do topo com os principais filósofos e, em seguida, descendo de lá até os jornalistas e, finalmente, para as grandes massas comuns, deve ser considerada fundamentalmente irreal. Ao invés disso, qualquer estratégia libertária realista de mudança deve ser uma estratégia populista, isto é, os libertários devem fazer um curto circuito nas elites intelectuais dominantes e dirigir-se diretamente às massas para despertar sua indignação e desprezo pelas elites governantes.

Em segundo lugar, o tempo todo, os principais destinatários de uma mensagem libertária populista devem ser, de fato, o grupo mencionado acima de brancos nativos desprovidos e privados de direitos, eu acredito que seja um grave erro estratégico para tornar a brancura um critério exclusivo sobre o qual basear uma decisão estratégica, como algumas vertentes da alt right sugeriram fazer. Afinal, são, acima de tudo, os homens brancos que compõem a elite governante e que impuseram a bagunça atual sobre nós, é verdade, e as diversas minorias protegidas mencionadas anteriormente aproveitam plenamente os privilégios legais que lhes foram concedidos e eles têm se tornado cada vez mais encorajados a pedir uma "proteção" cada vez maior, mas nenhum deles, e nem todos eles juntos, possuíam e possuem a proeza intelectual que faria esse resultado possível se não fosse pela ajuda instrumental que eles receberam e estão recebendo dos homens brancos.

Agora, levando nossas sugestões aos movimentos do Buchanan, do Ron Paul e do Trump para as especificações de uma estratégia libertária populista de mudança, sem nenhuma ordem particular, exceto para o primeiro que atualmente assumiu a maior urgência na mente do público.

Um:

Pare a imigração em massa. As ondas de imigrantes que atualmente inundam o mundo ocidental, têm o sobrecarregado com hordas de parasitas de Welfare, trouxeram terroristas, aumentaram o crime, levaram à proliferação de áreas não-frequentavéis e resultaram em inúmeros "maus vizinhos" que, baseados em sua educação, tradição e cultura estrangeira não têm qualquer apreciação compreensiva da liberdade e são

limitados a tornarem-se futuros apoiadores sem consciência do estatismo de bem-estar social.

Ninguém é contra a imigração e aos imigrantes per si, mas a imigração deve ser apenas por convite. Todos os imigrantes devem ser pessoas produtivas e, portanto, serem impedidos de todos os pagamentos domésticos de Welfare. Para assegurar isso, eles ou a sua parte convidativa devem colocar um vínculo com uma comunidade a que devem se instalar, e este deve ser confiscado e levado à deportação de imigrantes se ele se tornar um fardo público. E, ainda, empregadores ou todas as partes que convidam imigrantes devem não somente pagar a manutenção ou o salário do imigrante, como também devem pagar à comunidade residente pelo desgaste adicional de suas instalações públicas associadas à presença do imigrante, de modo a evitar a socialização de todos e quaisquer custos incorridos com o seu estabelecimento.

Além disso, mesmo antes da admissão, todos os potenciais imigrantes convidados devem ser cuidadosamente examinados e testados não só por sua produtividade, mas também por sua afinidade cultural ou “boa vizinhança”, com resultado empiricamente previsível de em sua maioria – mas isso não significa exclusivamente -imigrantes candidatos brancos e ocidentais. E quaisquer comunistas ou socialistas conhecidos, de qualquer cor, denominação ou país de origem devem ser impedidos do estabelecimento permanente – a não ser que a comunidade – aonde ele, o potencial imigrante, queira se estabelecer – sancione oficialmente a pilhagem da propriedade de seus moradores por novas chegadas estrangeiras, o que não é muito provável, digo – pelo menos – mesmo entre as ‘comuni’dades já existentes.

[Agora, uma breve mensagem a todos os libertários “liberllala” e “sem fronteiras”, que certamente rotularão isso – você adivinhou – como “fascista”: Em uma ordem social libertária totalmente privatizada não existe nada parecido a um direito à imigração gratuita. Propriedade privada implica em fronteiras e o direito do proprietário de excluir à vontade, e a “propriedade pública” também tem fronteiras: ela não é uma propriedade não possuída. Ela é propriedade dos contribuintes residentes, e definitivamente, não é a propriedade de estrangeiros. E, embora seja verdade que o estado é uma organização criminosa e que confiar-lhe uma tarefa de controle das fronteiras resultará inevitavelmente em inúmeras injustiças, tanto para os residentes domésticos

como para os estrangeiros, também é verdade que o estado faz algo quando ele decide não fazer nada a respeito do controle das fronteiras – e que, nas circunstâncias atuais, se ele não fizer nada a respeito do controle das fronteiras, isso levará cada vez mais a injustiças e a injustiças mais graves, em particular aos cidadãos domésticos, do que qualquer outra política que ele fizer].

Dois:

Parem de atacar, matar e bombardear pessoas em países estrangeiros. Uma das principais causas, mesmo que de modo algum a única, da invasão atual de países ocidentais por hordas de imigrantes estrangeiros são as guerras iniciadas e conduzidas no Oriente Médio e em outros lugares pelas elites governantes dos Estados Unidos e seus fantoches de elites subordinadas ocidentais. Assim, os ataques terroristas que agora aparentam ser normais e omnipresentes em nome do Islã a todo o mundo ocidental são, em grande parte, um contragolpe dessas guerras e do caos subsequente por todo o Oriente Médio e o norte da África. Não deve haver nenhuma hesitação de nossa parte em chamar a esses governantes ocidentais de responsáveis pelo que eles realmente são: assassinos ou instrumentos para o assassinato em massa. Devemos gritar em voz alta e exigir uma política externa de não-intervencionismo rigoroso. Retirem de todas as organizações internacionais e supranacionais, como as Nações Unidas, a OTAN e a União Europeia que misturam um país nos assuntos domésticos do outro. Parem todas as ajudas de governo a governo e proíba todas as vendas de armas a estados estrangeiros. Deixe ser "América primeiro!", "Inglaterra primeiro!", "Alemanha primeiro!", "Itália primeiro!", e assim por diante, i.e., cada país negocia entre si e ninguém interfere em qualquer um dos assuntos domésticos de ninguém.

Três:

Desbanque as elites governantes e seus guarda-costas intelectuais. Exponha abertamente os salários generosos, as regalias, os subsídios, as propinas, os subornos e as compras de silêncio recebidas pelas elites governantes: o alto escalão do governo e os burocratas governamentais das Supremas Cortes, dos Bancos Centrais, dos serviços secretos e das agências de espionagem, compostos por políticos, parlamentares, líderes partidários, conselheiros políticos e consultores, por capitalistas apadrinhados, "educratas" públicos, presidentes de universidades, reitores e astros acadêmicos. Passe a mensagem que todo o luxo e glória radiantes deles são financiados por dinheiro

extorquido dos pagadores de imposto e, consequentemente, incitar que todo e qualquer imposto seja abolido: imposto de renda, sobre propriedade, sobre vendas, sobre herança e assim por diante.

Quatro:

Acabe com o FED e todos os bancos centrais. A segunda fonte de financiamento das elites governantes, além do dinheiro extorquido do público na forma de impostos, provém dos bancos centrais. Bancos centrais podem criar papel-moeda do nada. Isso reduz o poder de compra do dinheiro e destrói as poupanças da população média. Isso não faz e nem consegue fazer a sociedade toda ficar mais rica, mas sim redistribui renda e riqueza dentro da sociedade. Os primeiros recebedores do recém-criado dinheiro, i. e. as elites governantes, enriquecem, enquanto que os últimos recebedores, i.e., o cidadão médio, empobrecem. A manipulação da taxa de juros feita pelo banco central é uma das causas de ciclos de expansão-contração. O banco central permite a acumulação de uma – cada vez maior – "dívida pública" que se torna um fardo para os futuros e desconhecidos pagadores de impostos ou, então, é simplesmente paga com mais inflação. E como o facilitador da dívida pública, os bancos centrais são também os facilitadores das guerras. Essa monstruosidade deve ser finalizada e substituída por um sistema competitivo de free banking, fundamentado em uma commodity genuína tais como o ouro e a prata.

Cinco:

Acabe com todas as ações afirmativas e leis e regulações antidiscriminação. Todos esses decretos são violações descaradas do princípio da igualdade perante a lei que, pelo menos no Ocidente, é intuitivamente sentido e reconhecido como um princípio fundamental de justiça. Como proprietários, as pessoas devem ser livres para se associar e desassociar com outros: livres para incluir ou excluir, para integrar ou segregar, para se juntar ou separar, para unificar e incorporar ou desunir, para sair e para secessionar. Fechem todos os departamentos universitários para estudos negros, latinos, femininos, de gênero, queer, etc., devido a serem incompatíveis com a ciência e mandem embora os professores por serem impostores intelectuais ou salafrários. Também exijam que todos os proclamadores de ações afirmativas, oficiais de recursos humanos e da diversidade, desde as universidades até escolas e jardins de infância, sejam jogados na rua e forçados a aprender algum ofício útil.

Seis:

Destrua a máfia "antifascista", a transvaloração de todos os valores no Ocidente: A invenção de cada vez mais "grupos vitimizados", a disseminação de programas de ação afirmativa e a incansável promoção do "politicamente correto", levou à ascensão da máfia "antifascista". Tacitamente apoiada e indiretamente financiada pelas elites governantes, essa máfia autointitulada de justiceiros sociais tomou para si a tarefa de intensificar a luta contra o "privilégio branco" através de atos de terror direcionados contra qualquer um e qualquer coisa considerada "racista", "de direita", "fascista", "reacionária", "incorrigível" ou "não desconstruída". Tais "inimigos do progresso" são atacados fisicamente pela máfia "antifascista", seus carros são queimados, suas propriedades são vandalizadas e seus empregadores são ameaçados se não os demitirem, arruinando suas carreiras – enquanto a polícia é ordenada pelas autoridades vigentes a "ficar calma" e não investigar os crimes cometidos ou perseguir e punir os criminosos. Em face desse absurdo, o ódio do público deve ser provocado e deve haver clamores em toda parte para que a polícia seja posta em ação e essa máfia seja derrotada.

(Uma pergunta para os libertários "liberalala" e os "Estúpidos pela Liberdade", que certamente protestarão contra essa demanda dizendo que a polícia para quem se pede a destruição da máfia antifascista é "polícia estatal": vocês também protestam usando esse argumento quando a polícia prende assassinos e estupradores? Essas não são tarefas legítimas que também seriam desempenhadas em uma ordem libertária por polícias privadas? E se a polícia não pode fazer nada contra essa máfia, não seria razoável então que os alvos desses ataques, no caso, a chamada "direita racista", resolvesse com as próprias mãos deixando os justiceiros sociais com narizes sangrando?)

Sete:

Destrua os criminosos de rua e as gangues. Ao descartar o princípio de igualdade perante a lei e conceder vários tipos de privilégios de grupo (exceto ao grupo de homens brancos cristãos casados e às suas famílias), as elites governantes também descartaram o princípio de igualdade de punição para crimes iguais. Alguns grupos favorecidos pelo estado são punidos de maneira mais branda do que outros, e alguns grupos especialmente favorecidos simplesmente fazem o que querem e ficam praticamente impunes, assim, na verdade, promovendo o crime de maneira efetiva. Logo, permitiu-se o desenvolvimento de zonas interditadas, onde qualquer esforço de policiamento essencialmente deixou de

existir e criminosos violentos e gangues tomaram conta. À luz disso, o furor do público deve se provocado e deve ser indubitavelmente exigido que a polícia reprima – de maneira rápida e dura – qualquer ladrão, assaltante, estuprador e assassino, e implacavelmente libere todas as zonas interditadas do violento domínio das quadrilhas. Desnecessário dizer que essa política não deve fazer distinção de cor, mas se por acaso, como de fato ocorre, a maior parte dos criminosos ou membros de quadrilha sejam homens negros e latinos, ou na Europa, jovens imigrantes da África, do Oriente Médio, dos Balcãs ou Leste Europeu, que seja: essas espécies serão aquelas que, de maneira proeminente, terão narizes sangrando. Desnecessário dizer também que para se defender do crime – seja o crime comum de rua ou atos de terrorismo – todas as proibições ao armamento civil devem ser abolidas.

Oito:

Se livre de todos os parasitas da assistência social e vagabundos. Para solidificar sua posição, a classe governante oferece esmolas para a classe baixa e isso a tornou a fonte mais fidedigna de apoio público. Supostamente para ajudar as pessoas a crescer e ascenderem da classe baixa, a se tornarem agentes autossuficientes, o real e, de fato pretendido, efeito da chamada "política social" do estado é exatamente o oposto. Tornou o status de classe baixa das pessoas mais permanente e a aumentou permanentemente (com isso, é claro, também aumentou o número de assistentes sociais e terapeutas designados para "ajudar e auxiliar" esse grupo). Pois em conformidade com a inexorável lei econômica, todo subsídio concedido em razão de alguma suposta necessidade ou carência produz mais, e não menos, do problema que pretende aliviar ou eliminar. Portanto, a causa original do status de classe baixa de uma pessoa é seu baixo controle da impulsividade e sua alta preferência temporal, i.e., seu desejo incontrolável por gratificação imediata e as várias manifestações consequentes dessa causa, tais como o desemprego permanente, a pobreza, o alcoolismo, o abuso de drogas, a violência doméstica, o divórcio, as famílias chefiadas por mulheres, os nascimentos fora do casamento, os vários companheiros masculinos, o abuso infantil, a negligência e os pequenos delitos , não são aliviados ou eliminados mas sistematicamente fortalecidos e incentivados. Ao invés de continuar e expandir esse desastre social cada vez mais desagradável, este deveria então ser abolido e deveria ser explicitamente exigido que se tome em consideração a exortação bíblica de que aquele que pode mas não trabalha

também não deve comer e que aquele que não pode trabalhar, devido a severa deficiência mental ou física, seja cuidado pela família, pela comunidade ou pela caridade voluntária.

Nove:

Tire a educação das mãos do estado. A maioria, se não todas, das patologias sociais que assolam o Ocidente contemporâneo têm em sua raiz comum a instituição da "educação pública". Quando os primeiros passos foram dados, há mais de 200 anos atrás na Prússia, de modo a complementar e por fim substituir um sistema antigo completamente privado de educação por um sistema universal de "educação pública" compulsória, o tempo gasto em escolas estatais não excedia, na maioria dos casos, 4 anos. Hoje, ao redor de todo o mundo Ocidental, o tempo gasto em instituições de "educação pública" é de, no mínimo, cerca de 10 anos, e em muitos casos e cada vez mais, 20 ou mesmo 30 anos. Isto é, grande parte ou mesmo a maior parte, do tempo durante o período mais formativo da vida de uma pessoa é gasto em instituições supervisionadas ou financiadas pelo estado, cujo principal fim, desde o princípio, não era o de formar e iluminar o público, mas treinar "bons soldados" e "bons servidores públicos". Não alguém independente e maduro ou "mündige bürger" [cidadão maduro], mas sim um Staats-bürger [cidadão estatal] submisso e servil. O resultado: a doutrinação funcionou. Quanto maior o tempo que uma pessoa gastou dentro do sistema de educação pública, mais ele é comprometido com ideias igualitárias, de esquerda e engoliu e integralmente internalizou a doutrina oficial e a agenda do "politicamente correto". Realmente, particularmente entre os professores de ciências sociais, as pessoas que não se consideram como de esquerda praticamente deixaram de existir. Consequentemente, deve ser exigido que o controle das escolas e universidades seja arrancado do governo central e, e como um primeiro passo, devolvido às autoridades regionais, ou ainda melhor, locais e financiados pelas autoridades locais e por fim seja completamente privatizado, para assim substituir um sistema de uniformidade e conformidade compulsória por um sistema de educação descentralizada que reflita a variação natural, a multiplicidade e a diversidade dos talentos e interesses humanos.

Dez:

Não confie em políticos e partidos políticos. Assim como não se pode esperar da academia e do mundo acadêmico que desempenhem um papel significativo na estratégia libertária de mudança social, não se pode esperar da política e de partidos políticos.

Afinal, é o fim último do libertarianismo acabar com toda a política e sujeitar todas as relações interpessoais e conflitos ao direito privado e procedimentos de direito civil. Certamente, no presente, as condições políticas generalizadas e o envolvimento na política e partidos não podem ser totalmente evitados. No entanto, em qualquer desses envolvimentos deve se estar de olho muito atento à influência corruptora do poder e à tentação do dinheiro e dos benefícios que vêm com ele. E para minimizar o risco e a tentação que vêm disso, é aconselhável concentrar esforços no nível regional e local em vez da política nacional, e então, promover uma agenda radical de descentralização: nulificação e separação pacífica, segregação e secessão. O mais importante, entretanto, é levar em consideração o lema de vida de Ludwig von Mises: "não ceda ao mal, mas prossiga sempre corajosamente contra ele." [Tu ne cede malis, sed contra audentior ito]. Ou seja, nós precisamos nos expressar em qualquer lugar e momento, seja em encontros formais ou informais, contra qualquer pessoa nos afrontando com a já bem conhecida verborreia "politicamente correta" e o lengalenga igualitarista de esquerda dizendo "não, ô inferno, você deve estar brincando". E, ao mesmo tempo, dado o já quase completo controle mental exercido pelas elites governantes, a academia e a mídia mainstream, já é necessária uma boa parcela de coragem para fazer isso. Mas se nós não formos corajosos o suficiente para fazê-lo agora, e assim dar o exemplo para outros seguirem, a situação ficará cada vez pior e mais perigosa no futuro e nós – a civilização Ocidental – e as ideias Ocidentais de liberdade serão extintas, e desaparecerão.

IV. Amadurecendo com Murray

A primeira vez que encontrei Murray Rothbard foi no verão de 1985. Eu tinha 35 anos e Murray tinha 59. Durante os próximos dez anos, até a morte prematura de Murray em 1995, eu estaria associado a Murray, primeiro em Nova York e em Las Vegas, na UNLV, em contato mais próximo, imediato e direto do que qualquer outro, exceto sua esposa Joey, é claro.

Tendo agora quase a mesma idade que Murray tinha no momento da sua morte, pensei que era apropriado usar essa ocasião para falar e refletir um pouco sobre o que aprendi durante meus dez anos com Murray.

Eu já era um adulto quando conheci Murray, não apenas no sentido biológico, mas também mental e intelectual, e, no entanto, eu só amadureci quando associado a ele – e eu quero falar sobre essa experiência.

Antes de conhecer Murray, eu já havia completado meu Ph.D. e conseguido o cargo de um Privatdozent (um professor universitário com estabilidade, mas não remunerado), o mesmo cargo que Ludwig von Mises uma vez ocupou em Viena. Além da minha dissertação de doutorado (Erkennen und Handeln), eu já havia completado dois livros. Um, (Kritik der kausalwissenschaftlichen Sozialforschung) que me revelou como um misesiano, e outro, a ser publicado no ano seguinte, (Eigentum, Anarchie und Staat) que me revelou como rothbardiano. Eu já havia lido todos os trabalhos teóricos de Mises e de Rothbard – entretanto, eu ainda não tinha lido o volumoso trabalho jornalístico de Murray, que era essencialmente indisponível para mim na época. Assim, não foi o meu encontro pessoal com Murray que me tornou então um misesiano e um rothbardiano. Intelectualmente, eu já era um misesiano e rothbardiano anos antes de conhecer Murray pessoalmente. E assim, a despeito de ser acima de tudo um teórico, não quero falar aqui sobre o grande edifício intelectual austrolibertário que Mises e, na sua sucessão, Rothbard nos transmitiram, ou sobre minhas próprias pequenas contribuições para este sistema, mas sobre a minha longa experiência pessoal com Murray: sobre as lições práticas e existenciais que aprendi através dos meus encontros com ele e que me transformaram de um adulto para um homem que havia amadurecido.

Me mudei para a cidade de Nova York porque considerava Murray o maior de todos os teóricos sociais, certamente do século 20 e possivelmente de todos os tempos, assim como eu considerava Mises o maior de todos os economistas e, com Mises fora de cena e partido há muito tempo , eu queria encontrar, conhecer e trabalhar com esse homem, Rothbard. Eu ainda mantenho essa visão sobre a grandeza de Mises e Rothbard. Na verdade, ainda mais hoje do que trinta anos atrás. E desde então, não houve nenhum segundo Mises ou Rothbard. Nem mesmo perto e talvez tenhamos que esperar por um longo tempo para que isso aconteça.

Então me mudei para Nova York conhecendo o trabalho de Murray, mas sem saber quase nada sobre o homem que ele era. Lembre-se, isso foi em 1985. Eu ainda estava escrevendo à mão e usando uma máquina de escrever mecânica, me familiarizando com um computador pela primeira vez apenas no ano seguinte na UNLV. E Murray nunca usou um computador, mas ficou com uma máquina de escrever elétrica até o fim de sua vida. Não havia celulares, e-mails, internet, Google, Wikipedia ou Youtube. No início, mesmo as máquinas de fax não existiam. Minha correspondência com Murray antes da minha chegada a Nova York, então, foi pelo velho e regular correio. Murray expressou seu entusiasmo pelo meu desejo de conhecer e trabalhar com ele e imediatamente me ofereceu para obter a ajuda de Burton Blumert e, de fato, Burt, então, foi de ajuda instrumental para facilitar minha mudança da Europa para os EUA. (O maravilhoso Burt Blumert – dono da Camino Coins e fundador do original Center for Libertarian Studies que, em última instância, seria fundido com o Mises Institute – foi um dos melhores amigos e confidentes de Murray. Ele foi também um grande benfeitor e querido amigo para mim.)

Eu tinha visto algumas fotos de Murray, eu sabia que ele, como Mises, era judeu, que ele ensinava no Brooklyn Polytechnic Institute (posteriormente renomeado New York Polytechnic University e hoje Polytechnic Institute of NYU), que ele era o editor do muito admirado Journal of Libertarian Studies, e que ele era estreitamente associado, como seu diretor acadêmico, ao Ludwig von Mises Institute que Lew Rockwell havia criado recentemente, há 35 anos, em 1982. Isso era tudo.

E assim, ambos desprevenidos, nos conhecemos pela primeira vez no escritório de Murray na universidade. Lá estava eu, um "loiro legal do Norte" – citando um anúncio popular das cervejas amargas do norte da Alemanha – jovem, alto e atlético, um pouco insociável, seco e com um seco senso de humor, e mais para puxado para lado direto, sarcástico e confrontativo. Perfeito material Wehrmacht, se você preferir. E lá estava Murray: o "neurótico das grande cidade", usando o título alemão do comediante Woody Allen de Annie Hall, da geração anterior, baixinho e roliço, não-atlético, meio desajeitado (exceto para digitar), gregário (social) e hilário, nunca apático, mas sempre alegre, e, em seus negócios pessoais (bem diferente de seus escritos), sempre não-confrontativo, bem ponderado ou mesmo manso. Não é exatamente material Wehrmacht. Em termos de personalidade, então, dificilmente poderíamos ter sido mais diferentes. Na verdade, éramos um casal bastante estranho – e, no entanto, nos demos bem desde o início.

Dada a longa e especial relação entre os alemães e os judeus, especialmente durante o período de 12 anos do governo do Partido Nacional Socialista na Alemanha, de 1933 a 1945, eu, como um jovem alemão ao encontrar com um judeu mais velho na América, temia que essa história pudesse tornar-se uma potencial fonte de tensão. Não foi. Muito pelo contrário.

Sobre o assunto da religião em si, havia um consenso geral. Ambos éramos agnósticos, mas com um profundo interesse pela sociologia da religião e pontos de vista bastante semelhantes sobre a religião comparativa. No entanto, Murray aprofundou grandemente a minha compreensão sobre o papel da religião na história através da sua grande obra – infelizmente incompleta – na última década de sua vida sobre a história do pensamento econômico.

Além disso, em nossas inúmeras conversas, aprendi com Murray sobre a importância de complementar a teoria austrolibertária com a história revisionista, a fim de apresentar uma avaliação verdadeiramente realista de eventos históricos e assuntos globais. E foi eu, então, – como alguém que cresceu na derrotada e devastada Alemanha Ocidental pós-Segunda Guerra Mundial, com a então (e ainda) "história oficial" ensinada em todas as escolas e universidades alemãs de (a) de se sentir culpado e envergonhado de ser alemão e da história alemã e (b) acreditar que a América e o capitalismo democrático da América foi "a maior invenção" desde ou até mesmo antes da invenção do pão fatiado

– que teve que revisar as suas, ainda bastante ingênuas – apesar de toda a teoria austrolibertária, opiniões prévias sobre assuntos mundiais em geral e a história americana e alemã em particular. Na verdade, Murray me fez mudar fundamentalmente a minha visão bastante floreada dos EUA (apesar do Vietnã e tudo aquilo) e me ajudou, pela primeira vez, a me sentir consolado, contente e até feliz por ser alemão e desenvolver uma consideração especial para com a Alemanha e o destino do povo alemão.

Para minha surpresa inicial, então, – e, finalmente, meu grande e agradável alívio – Murray era bastante germanófilo. Ele conhecia e apreciava muito as contribuições alemãs para a filosofia, a matemática, a ciência, a engenharia, a história acadêmica e a literatura. Seu amado professor, Mises, havia escrito originalmente em alemão e era um produto da cultura alemã. Murray amava a música alemã, amava as igrejas barrocas alemãs, amava a atmosfera bavariana das cervejarias e a tradição da-igreja-para-cervejaria. Sua esposa, Joey, era de ascendência alemã, seu nome de solteira era JoAnn Schumacher, e Joey era membro da Richard-Wagner-Society e uma fã de ópera por toda a vida. Além disso, a maioria dos amigos de Murray que eu acabaria por encontrar acabaram sendo germanófilos.

O mais importante entre eles, Ralph Raico, o grande historiador do liberalismo clássico, que eu esperava ver novamente nesta ocasião, mas que infelizmente nos deixou para sempre há quase um ano. Conheci Ralph apenas alguns meses depois da minha chegada a Nova York, em uma festa realizada no apartamento de Murray em Upper Westside. Eu imediatamente gostei do seu sarcasmo cáustico e ao longo dos anos desenvolvemos uma íntima amizade. Além de nossos muitos encontros em vários eventos do Mises Institute, eu ainda lembro com carinho, em particular, das nossas viagens extensas juntos no norte da Itália e especialmente quando, em uma conferência em Milão, patrocinada por alguns amigos e afiliados da antiga (mas não mais) secessionista Lega Nord, alguns autoproclamados – quem teria adivinhado isso?! – manifestantes “anti-fascistas” apareceram na frente do hotel de conferências para denunciar-nos, para nossa grande diversão, como ‘libertari-fascisti‘. Ralph também foi quem me apresentou à linha acadêmica revisionista sobre a Primeira Guerra Mundial e a Segunda Guerra Mundial, bem como todo o período entre guerras, e foi Ralph, que me ensinou sobre a história do liberalismo alemão e, em particular, os seus representantes libertários radicais do século XIX que tinham sido quase completamente esquecidos na Alemanha contemporânea.

Incidentalmente, Lew Rockwell também, logo no início, mostrou suas credenciais germanófilas. Quando nos encontramos pela primeira vez em Nova York no outono de 1985, ele dirigia um Mercedes 190, e então se desviou do caminho por alguns anos, dirigindo uma caminhonete americana, mas finalmente retornou ao clube dirigindo um Mini-Cooper, produzido pela BMW.

Mas acima de tudo, foi Murray que me ensinou a nunca confiar na história oficial, invariavelmente escrita pelos vencedores, mas a conduzir toda a pesquisa histórica, como um detetive investigando um crime. Sempre, em primeiro lugar e como primeira aproximação, siga o dinheiro em busca de um motivo. Quem deve ganhar, seja em termos de dinheiro, imóveis ou poder absoluto por meio dessa medida ou daquela? Na maioria dos casos, responder a esta pergunta irá levá-lo diretamente ao próprio agente ou grupo de agentes responsáveis pela medida ou política em consideração. Por mais simples que seja fazer esta pergunta, contudo, é muito mais difícil e frequentemente requer árdua pesquisa para respondê-la e desenterrar, debaixo de uma enorme cortina de fumaça de retórica aparentemente alta e de propaganda piedosa, os fatos e os indicadores – os fluxos de dinheiro e ganhos em bem-estar – para provar de fato um crime e para identificar e "expor" seus perpetradores. Murray era um mestre nisso e numa época em que você não tinha acesso a computadores, a internet e máquinas de busca, como o Google. E para fazer esse trabalho de detetive, como eu aprendi com Murray, você deve ir além dos documentos oficiais, da mídia mainstream, dos nomes grandes e famosos, das "estrelas" acadêmicas e dos periódicos "prestigiosos" – em suma: tudo e todos considerados "respeitáveis" "e" politicamente corretos". Você deve também, e em particular, prestar atenção ao trabalho de pessoas de fora, extremistas e marginalizados, ou seja, para pessoas "desrespeitáveis" ou "deploráveis" e canais de publicação "obscuras" que você deveria ignorar ou sequer saber a respeito. Até hoje, eu tenho percebido, e de fato gostei de seguir esse conselho. Qualquer pessoa que pudesse ver minha lista de marcadores de sites freqüentemente visitados provavelmente seria surpreendida e qualquer defensor do establishment ou esquerdista em particular provavelmente ficaria chocado e estremeceria de desgosto.

Com esta perspectiva e visão gerais sobre as coisas, revisionistas como Murray (e eu) são regularmente acusados, com desprezo, de alguns malucos teóricos de

conspiração. A essa acusação, Murray normalmente responderia: Primeiro, colocada sem rodeios e sarcasticamente, mesmo se alguém fosse um paranoico certificado, isso não pode ser tomado como prova de que ninguém estava realmente atrás de você e do seu dinheiro. E segundo e mais sistematicamente: as conspirações são menos prováveis, é claro, quanto maior o número de supostos conspiradores. Além disso, é ingênuo assumir a existência de apenas uma grande conspiração que toma conta de tudo executada por um grupo todo-poderoso de conspiradores. Mas as conspirações, muitas vezes conspirações rivais ou mesmo contraditórias, i.e., esforços confidenciais de vários grupos de pessoas agindo em conjunto na busca de algum objetivo comum, são de fato uma característica sempre presente da realidade social. Como qualquer ação, tais conspirações podem ser bem-sucedidas ou podem falhar e podem levar a consequências que não foram intencionais pelos conspiradores. Mas falando de forma realista, a maioria, senão todos os eventos históricos, são mais ou menos exatamente o que algumas pessoas identificáveis ou um grupo de pessoas que atuam em conjunto pretendiam que fossem. De fato, assumir o contrário é assumir, incrivelmente, que a história não é senão uma seqüência de acidentes ininteligíveis.

Além disso, ao aprender de Murray sobre a necessidade de complementar a teoria austrolibertária com a história revisionista de modo a obter uma imagem completa e realista do mundo e dos assuntos mundanos, eu também recebi dele treinamento constante na arte da avaliação e do julgamento prudente e sensato das pessoas, das ações e dos eventos. A teoria pura nos permite fazer julgamentos bastante claros de verdadeiro ou falso, certo ou errado e eficaz, que nos leva ao objetivo pretendido, ou ineficaz. Mas muitas, senão a maioria das ações e eventos que provocam ou geram nossos julgamentos não se enquadram na categoria de questões que podem ser assim avaliadas. Estamos rodeados, ou melhor ainda: cercados por uma classe de pessoas – políticos e agentes do estado – que, dia a dia, executam e aplicam decisões que impactam e afetam sistematicamente nossa propriedade e, conseqüentemente, toda a nossa vida sem o nosso consentimento e até mesmo contra o nosso protesto explícito. Em suma: somos confrontados com uma elite de governantes, em vez de, em contrapartida, uma elite de agentes. E confrontados com políticos e decisões políticas, então, nosso julgamento diz respeito a avaliação, na melhor das hipóteses, das segundas melhores opções. A questão não é verdadeira ou falsa, correta ou errada, eficaz ou ineficaz. Pelo contrário, é isso: dado que as decisões políticas são per se falsas, erradas e ineficazes, qual dessas decisões é

menos falsa, errada e eficaz e comparativamente mais próxima da verdade, do correto e do bem, e qual pessoa representa um mal menor ou um maior que outro.

Tais questões não permitem uma resposta científica, porque respondê-las envolve a avaliação comparativa de inúmeras variáveis imensuráveis e incomensuráveis. E, em qualquer caso, fatos recentes descobertos sobre desenvolvimentos passados ou futuros podem revelar qualquer julgamento tal como equivocado. Mas a resposta também não é arbitrária. O que é verdadeiro, correto e eficaz é dado, como pontos fixos, e os motivos devem ser fornecidos, seja com base em evidências lógicas ou empíricas, para localizar vários segundo-lugares mais próximos ou mais distantes de tais pontos. Ao invés disso, o julgamento em questões como essas é uma arte difícil, muito como o empreendedorismo não é uma ciência, mas uma arte. E, assim como algumas pessoas são boas no empreendedorismo e outras ruins, indicado pelos lucros ou prejuízos monetários, então, algumas pessoas são boas em julgar eventos políticos e agentes e outras são ruins, ganhando ou perdendo em reputação como juízes sábios e prudentes.

Murray, é claro, não era infalível em seus julgamentos. Durante o final da década de 1960 e início dos anos 1970, por exemplo, ele julgou equivocadamente a posição antiguerra da New Left como mais baseada em princípios do que realmente era, algo que ele prontamente admitiu depois como um erro. E eu conheço pelo menos um caso bastante pessoal, onde o julgamento de Joey era melhor e mais correto do que o dele. Não obstante, no entanto, não encontrei ninguém com um julgamento mais sólido e posteriormente correto do que Murray.

Com isso, quero ir à segunda maior lição que aprendi durante a minha longa associação com Murray. Enquanto a primeira lição de revisionismo diz respeito a questões de prática e método, a segunda lição diz respeito a questões existenciais.

Antes de conhecer Murray, eu sabia, é claro, que ele era um estranho radical em uma academia predominantemente esquerdista-progressista e eu esperava (e estava disposto a aceitar por mim mesmo) que isso envolveria alguns sacrifícios, i.e., que alguém teria que pagar um preço por ser um rothbardiano, não só, mas também, em termos de dinheiro. Mas fiquei bastante surpreso ao perceber o quão alto era esse preço. Eu sabia que o Brooklyn Polytechnic não era uma universidade de prestígio, mas esperava que

Murray ocupasse uma posição confortável e bem paga. Além disso, na época eu ainda achava os EUA como um bastião e um baluarte de livre iniciativa e, consequentemente, esperava que Murray, como o principal defensor intelectual do capitalismo e a antítese personificada de Marx, seria considerado em alta estima, se não em academia, então, certamente fora dela, no mundo do comércio e dos negócios, e, consequentemente, seria recompensado com um certo grau de riqueza.

De fato, na Brooklyn Polytechnic, Murray ocupava um escritório pequeno, sujo e sem janelas que ele tinha que compartilhar com um professor de história. Na Alemanha, mesmo os assistentes de pesquisa desfrutavam de um ambiente mais confortável, isso para não falar de professores titulares. Murray ficava entre os professores titulares mais mal pagos em sua escola. De fato, minha bolsa alemã da Fundação Nacional de Ciência na época – uma bolsa de estudo Heisenberg – acabou por ser consideravelmente maior do que o salário da universidade de Murray (algo que eu estava muito envergonhado para revelar a ele depois que eu a descobri). E o apartamento de Murray em Manhattan, grande e cheio até teto com livros, era escuro e caído. Certamente nada como a cobertura que eu tinha imaginado que ele ocupasse. Essa situação melhorou significativamente com sua mudança, em 1986, aos 60 anos, para Las Vegas e a UNLV. Enquanto meu salário diminuiu lá em comparação com a minha compensação anterior, a de Murray aumentou bruscamente, mas ainda estava abaixo de 100K, e ele podia comprar uma casa espaçosa mas *espartana*. Mesmo como titular de uma cadeira patrocinada na UNLV, no entanto, Murray não tinha o comando de nenhum assistente de pesquisa ou de uma secretária pessoal.

Ainda assim, Murray nunca se queixou ou mostrou qualquer amargura ou sinais de inveja, mas sempre prosseguia com alegria e avançava com seus escritos. Essa foi uma dura lição para eu aprender e ainda tenho dificuldades em segui-lo às vezes.

A propósito, Joey e Murray me disseram uma vez às gargalhadas como, na época em que ainda namoravam, ambos esperavam que o outro fosse um bom partido. Joey, porque Murray era judeu e Murray, porque Joey era gentia – apenas para descobrir que ambos estavam errados em suas expectativas.

Além disso, apesar de suas gigantescas conquistas como um defensor intelectual do capitalismo de livre mercado, Murray nunca ganhou nenhum prêmio, concurso ou honras para falar a respeito. Que ele não ganhou um prêmio Nobel em economia não foi surpreendente, é claro. Afinal, o grande Mises também não ganhou. Mas, só nos Estados Unidos, existiam dezenas de instituições – think tanks, fundações, associações empresariais, centros de pesquisa e universidades – que professavam sua dedicação ao livre mercado e à liberdade, e nenhum deles jamais concedeu a Murray nenhum prêmio significativo ou prêmio honorário, ao mesmo tempo em que eles banhavam pessoas com dinheiro e prêmios que fizeram pouco mais do que sugerir – "ousadamente" – algumas reformas incrementais, como, por exemplo, reduzir a taxa de imposto marginal de 35% para 30% ou reduzir o orçamento da EPA por alguns pontos percentuais, ou quem simplesmente expressou seu "amor pessoal" pela "liberdade" e "livre iniciativa" muitas vezes, alto e enfaticamente o bastante.

Nada disso perturbou Murray nenhum pouco. Na verdade, ele não esperava mais nada, por razões que eu ainda tinha que aprender.

O que Murray percebeu e eu ainda tinha que aprender era que a rejeição e a oposição mais vociferante e feroz ao austrolibertarianismo não viria da esquerda socialista tradicional, mas sim desses autoproclamados grupos anti-socialistas", "governo limitado", "estado mínimo", "pró-iniciativa privadas" e "pró-liberdade" e seus porta-vozes intelectuais e, acima de tudo, o que se tornou conhecido como libertários Beltway. Eles simplesmente não podiam digerir o fato de Murray ter demonstrado por simples lógica que suas doutrinas não eram mais que uma armadilha intelectual inconsistente, e que eles eram todos, usando o veredicto de Mises face a Milton Friedman e seu grupo, um "bando de socialistas" também, apesar de seus protestos veementes do contrário. Pois, como Murray argumentou, uma vez que você admitiu a existência de um estado, qualquer estado, definido como um monopolista territorial de decisão final em todos os casos de conflito, incluindo conflitos envolvendo o próprio estado, então toda propriedade privada foi efetivamente abolida, mesmo se ela permaneceu provisoriamente, por exemplo, como subsídio estatal, nominalmente privada, e substituída por um sistema de propriedade "coletiva" ou, de fato, estatal. O estado, qualquer estado, significa socialismo, definido como "propriedade coletiva dos meios de produção". A instituição de um estado é praxeologicamente incompatível com a propriedade privada e a iniciativa baseada na

propriedade privada. É a própria antítese da propriedade privada e qualquer proponente da propriedade privada e da iniciativa privada deve, então, como uma questão de lógica, ser um anarquista. A respeito disso (como em muitos outros), Murray não estava disposto a ceder, ou era "intransigente", como diriam seus detratores. Porque em teoria, ao pensar, a concessão é inadmissível. No dia a dia, a concessão é uma característica permanente e onipresente, é claro. Mas, em teoria, a concessão é o pecado supremo, um "não não" estrito e absoluto. Não é permitido, por exemplo, ceder entre as duas proposições incompatíveis que 1 + 1 = 2 ou que 1 + 1 = 3 e aceitar que é 2,5. A proposição é verdadeira ou é falsa. Não pode haver "encontro no meio" entre a verdade e a falsidade.

Aqui, em relação ao radicalismo intransigente de Murray, uma pequena anedota contada por Ralph Raico parece apropriada. Para citar Ralph:

> *"Murray era uma pessoa especial. Eu reconheci esse fato na primeira noite em que o conheci. Foi depois do seminário do Mises; um amigo meu e eu fomos convidados a participar, e depois Murray sugeriu que tomássemos café e conversássemos. Meu amigo e eu ficamos deslumbrados com o grande Mises, e Murray, naturalmente, ficou satisfeito ao ver nosso entusiasmo. Ele nos assegurou que Mises era pelo menos o maior economista do século, se não de toda a história do pensamento econômico. No entanto, a respeito da política, disse Murray, baixando a voz de maneira conspiratória: 'Bem, quando se trata de política, alguns consideram Mises como membro da esquerda não-comunista'. Sim, era fácil ver que havíamos conhecido alguém muito especial."*

Ao contrário de Murray, muitos indivíduos que aprenderam essencialmente tudo o que conheciam de Murray, em particular o seu Man, Economy and State, estavam dispostos a fazer tais concessões intelectuais e foram ricamente recompensados por sua "flexibilidade" e "tolerância" intelectuais. Mas esse não era Murray! E, consequentemente, ele foi (e ainda é) ignorado, excluído ou denunciado pelos chefes da "indústria-de-livre-mercado-e-governo-limitado". E ele foi essencialmente deixado sem qualquer apoio institucional, como um lutador solitário, até a chegada de Lew Rockwell e do Mises Institute.

Experimentei essa fobia de Rothbard em segunda mão, se quer saber. Pois logo que a notícia tinha circulado que o novo alemão que tinha chegado era um menino de Murray e também parecia bastante "intransigente", eu me encontrei imediatamente colocado nas mesmas listas negras com ele. Assim, eu tive que aprender rapidamente uma primeira lição importante da vida real do que significa ser um rothbardiano.

Outra lição foi sobre humildade. Murray tinha uma enorme biblioteca, tinha lido e digerido uma enorme quantidade de literatura e era, consequentemente, um homem humilde. Ele sempre se mostrou relutante e altamente cético em assumir ou reconhecer qualquer reivindicação de "originalidade". Afirmações de "originalidade" - ele sabia – são feitas com mais freqüência por pessoas com minúsculas bibliotecas e pouca leitura. Em um contraste distinto, Murray foi altamente generoso ao dar crédito aos outros. E ele foi igualmente generoso em dar conselhos a qualquer pessoa que pedisse. Na verdade, em quase qualquer assunto concebível, ele estava preparado na ponta da língua para lhe fornecer prontamente uma extensa bibliografia. Além disso, ele encorajava qualquer sinal de produtividade, mesmo entre os alunos mais inferiores.

Embora eu sempre tentei seguir esse exemplo, contudo, não conseguiria chegar tão longe quanto Murray. Porque eu pensei e ainda acho que a humildade de Murray era excessiva, que ele era humilde quase como uma falha. Seus estudantes do Brooklyn Polytechnic, por exemplo, na maioria graduandos em engenharia (ou, como Murray descrevia os estudantes de Mises na NYU, "graduandos em empacotamento"), não tinha ideia de quem ele era, porque ele nunca mencionou suas próprias obras. Eles ficaram genuinamente surpresos ao descobrir de mim quem era seu alegre professor quando substituí o ensino da turma de Murray enquanto ele estava fora da cidade. E na UNLV a situação não era muito diferente. Enquanto eu o promovi ativamente como seu agente de relações públicas não-oficial, Murray continuou em sua autodepreciação. Embora tenha escrito sobre quase todos os assuntos imagináveis nas ciências sociais, quando ele sugeria ou atribuía a bibliografia do semestre a seus alunos, ele mencionaria seus próprios escritos relacionados, se fosse o caso, apenas como uma espécie de reflexão a posteriori ou sob solicitação específica.

No entanto, a extrema modéstia de Murray também teve outro efeito infeliz. Quando nos mudamos para Las Vegas em 1986, esperávamos transformar o UNLV em

um bastião da economia austríaca. Na época, a equipe de basquete da UNLV, o Runnin' Rebels, sob o treinador Jerry Tarkanian, era uma potência nacional, sempre um pouco escandalosos, mas impossível ignorar. Esperávamos nos tornar os Runnin' Rebels da economia na UNLV. Vários estudantes transferiram e se matricularam na universidade em antecipação a tal desenvolvimento. Mas essas esperanças foram rapidamente decepcionadas. Logo na nossa chegada à UNLV, a composição do departamento de economia mudou significativamente e, em seguida, a regra da maioria – a democracia – se estabeleceu. Para equilibrar a influência austríaca, apenas um ano depois, a maioria do departamento decidiu, contra nossa oposição, contratar um marxista zé ninguém. Implorei a Murray que usasse sua posição e reputação para interferir com os superiores da universidade e evitar essa nomeação. Com exceção de Jerry Tarkanian, Murray foi a única pessoa nacionalmente reconhecida na UNLV. Ele ocupava a única cadeira patrocinada na universidade. Conhecemos o reitor e o diretor da universidade socialmente e estávamos em termos cordiais com ambos. Consequentemente, eu acreditava que havia uma chance realista de reverter a decisão do departamento. Mas não consegui convencer Murray de seus próprios poderes.

Após essa oportunidade perdida, os assuntos ficaram pior. O departamento continuou a contratar qualquer um exceto os austríacos ou simpatizantes. Nossos alunos foram maltratados e discriminados. O departamento e o reitor da faculdade de administração me negaram estabilidade (decisão a qual foi anulada pelo diretor e reitor da universidade, principalmente por causa dos enormes protestos de estudantes e da intervenção de vários doadores da universidade). O diretor do departamento escreveu uma avaliação anual ultrajante, desagradável e insultante da performance de Murray como professor (sobre a qual a administração da universidade forçou o diretor a se demitir de sua posição). Como consequência, uma segunda chance para nós surgiu para virar o jogo. Planos foram desenvolvidos e discutidos com o diretor para dividir o departamento e estabelecer um departamento de economia separado da Faculdade de Artes Liberais. Desta vez, Murray se envolveu. Mas o impulso inicial em nossa vantagem havia sido perdido no meio tempo, e depois dos primeiros sinais de resistência, Murray rapidamente renunciou e desistiu. Ele não estava disposto a tirar suas luvas e nosso projeto secessionista logo definhou em derrota.

Apenas para terminar rapidamente nossa saga na UNLV: Após a morte de Murray em 1995, continuei trabalhando na UNLV por mais uma década em um ambiente cada vez mais hostil. A administração da universidade, uma vez protetora, havia mudado, e eu me senti cada vez mais desconhecido e fora do lugar. Mesmo a minha grande popularidade entre os estudantes foi usada contra mim, como prova do "perigo" que emana dos meus ensinamentos. Em 2004, viria a ser envolvido num escândalo. Em uma palestra, eu havia sugerido hipoteticamente que homossexuais, em média, e devido à sua característica falta de filhos, tinham um grau de preferência temporal comparativamente maior, i.e., de orientação para o presente. Um aluno bebê-chorão reclamou e o comissário de ação afirmativa da universidade imediatamente, como se ele tivesse apenas esperado essa oportunidade, iniciou processos oficiais contra mim, ameaçando severas medidas punitivas se eu não fosse instantaneamente e publicamente recuar e pedir desculpas. "Intransigente" como eu era, eu me recusei a fazê-lo. E estou certo de que foi apenas essa minha recusa firme de implorar o perdão que, depois de um ano completo de incômodo administrativo, acabei por sair vitorioso dessa batalha com a polícia do pensamento, e a administração da universidade sofreu uma derrota constrangedora. Um ano depois, renunciei à minha posição e deixei a UNLV e os EUA definitivamente.

Voltando a Murray: Naturalmente, eu estava desapontado com os desenvolvimentos na UNLV. Mas eles não tiveram o menor efeito sobre a nossa cooperação contínua. Talvez Murray estivesse certo e mais realista o tempo todo e foi eu que sofria de muito otimismo juvenil? De qualquer forma, houve mais uma lição importante sobre como as coisas funcionam que eu ainda tinha que aprender.

Enquanto a maioria das pessoas tende a se tornar mais suave e mais "tolerante" em seus pontos de vista à medida que envelhecem, Murray tornou-se cada vez mais radical e menos tolerante ao longo do tempo. Não em suas relações pessoais, como já enfatizei. A este respeito, Murray foi e permaneceu até o final um "fofo", mas em seus discursos e escritos. Essa radicalização e crescente "intransigência" veio em resposta a desenvolvimentos no mundo da política dos EUA em geral e, em particular, na indústria do "livre mercado de governo limitado" e entre os chamados libertários reunidos em torno do Beltway de Washington, DC. Lá, em todos os lugares, um movimento lento mas sistemático para a esquerda e ideias de esquerda podia ser observado. Um movimento que desde então, até hoje, só ganhou mais em impulso e cresceu em força. Constantemente,

novos “direitos” foram “descobertos” e adotados em particular também pelos chamados libertários. “Direitos humanos” e “direitos civis”, “direitos das mulheres” e “direitos dos homossexuais”, o “direito” de não ser discriminado, o “direito” à imigração livre e irrestrita, o “direito” a um almoço grátis e serviço gratuito de saúde e o “direito” de ser livre de discurso e pensamentos desagradáveis. Murray demoliu toda essa conversa supostamente “humanitária” ou, para usar um termo alemão, esta conversa “Gutmenschen” como lixo intelectual ao demonstrar que nenhum desses supostos “direitos” era compatível com os direitos de propriedade privada. E, como libertários – acima de todas as pessoas – devem saber, apenas os direitos de propriedade privada, i.e., o direito de cada pessoa da propriedade de seu corpo físico e da propriedade de todos os objetos externos justamente (pacificamente) adquiridos por ele, podem ser defendidos argumentativamente como direitos humanos universais, compatíveis e possíveis. Murray então demonstrou vez após vez que tudo – exceto os direitos de propriedade privada – são direitos falsos e não-universalizáveis. Toda reivindicação de “direitos humanos” que não sejam direitos de propriedade privada é, em última análise, motivado pelo igualitarismo e, como tal, representa uma revolta contra a natureza humana.

Além disso, Murray avançou ainda mais para a direita – de acordo com o ditado de Erik von Kuehneldt-Leddihn de que “a direita é correta” – ao apontar que, para estabelecer, manter e defender uma ordem social libertária, é necessário mais do que a mera adesão ao princípio da não-agressão. O ideal dos libertários de esquerda ou “modais”, como Murray se referia a eles, de “viva e deixe viver, contanto que você não agrida qualquer outra pessoa”, que parece tão atraente aos adolescentes em rebelião contra a autoridade parental e qualquer convenção e controle social, pode ser suficiente para pessoas vivendo longe umas das outras e lidando e negociando entre si apenas de maneira indireta e de longe. Mas é decididamente insuficiente quando se trata de pessoas que vivem em proximidade umas das outras, como vizinhos e coabitantes da mesma comunidade. A convivência pacífica dos vizinhos e das pessoas em contato direto regular entre si em algum território requer também uma comunidade cultural: de linguagem, de religião, de costume e de convenção. Pode haver coexistência pacífica de culturas diferentes em territórios distantes, separados fisicamente, mas multiculturalismo e heterogeneidade cultural, não podem existir em um mesmo lugar e território, sem levar a diminuição da confiança social, crescente conflito e, finalmente, destruição de qualquer coisa que lembre uma ordem social libertária.

Se Murray tinha sido ignorado, negligenciado ou ressentido antes pelos suspeitos habituais, agora, com esta posição contra tudo considerado "politicamente correto", ele foi vilipendiado e foi recebido com ódio descarado. A agora liturgia muito familiar de termos denunciatórios seguiram: Murray era um reacionário, um racista, um sexista, um autoritário, um elitista, um xenófobo, um fascista e, para superar isso, um judeu nazista que odiava a si mesmo.

Murray deu de ombros a isso tudo. Na verdade, ele riu disso. E, de fato, para a consternação do "bando de difamadores", como Murray se referiu à frente popular unida de seus detratores "antifascistas", sua influência só cresceu e continuou a crescer ainda mais desde sua morte. Pode não ser amplamente reconhecido, mas sem Murray não haveria Ron Paul como o conhecemos – e eu digo isso sem querer diminuir ou menosprezar o papel pessoal de Ron Paul e realizações extraordinárias de forma alguma -, não haveria o movimento Ron Paul, e não haveria agenda popular ou, como o "bando de difamadores" prefere dizer, nenhuma agenda libertária "populista".

Quanto a mim, meus próprios pontos de vista se radicalizaram também, juntamente com os de Murray. O meu Democracia: O deus que falhou (Democracy: The God That Failed) foi a primeira documentação importante deste desenvolvimento intelectual, e, no mínimo, minha intolerância radical em relação a qualquer coisa libertária de esquerda e "politicamente correta" ainda está crescendo desde então. Quase não preciso dizer que eu, também, obtive os mesmos e até alguns títulos honorários extras que Murray pelo "bando de difamadores" (exceto pelas coisas de judeu auto-odioso). No entanto, eu tinha aprendido a dar de ombros também, assim como eu tinha visto Murray fazer e como Ralph Raico sempre incentivou e continuou a me aconselhar. Além disso, lembrar-se de um ditado alemão popular me ajudou: "viel Feind, viel Ehr" [N.T. Quanto maior o perigo, maior a honra]. E, de fato, o sucesso contínuo do meu salão de conferência anual da Property and Freedom Society, agora no seu 12º ano, realizado e conduzido de forma autêntica no espírito rothbardiano, tem demonstrado o completo fracasso de todas as campanhas de difamação dirigidas a mim. Se conseguiram qualquer coisa, eles ajudaram e não me impediram de atrair um círculo cada vez maior de amigos intelectuais, afiliados e apoiantes.

Devo acrescentar que, durante a última década, sob a orientação sábia e rigorosa da minha adorável esposa, Gülçin, também fiz grandes progressos ao combinar o radicalismo intelectual intransigente com a amabilidade pessoal, ainda que a natureza e a disposição natural tenham me impedido de chegar a qualquer lugar perto de Murray a este respeito.

Eu disse muito pouco aqui sobre Lew, e sinceramente me desculpo. Mas devo dizer isso: Lew, além de Murray, tem sido uma das pessoas mais importantes ao ajudar a tornar-me o homem que sou hoje. E para Murray, que tenho certeza, está nos observando hoje de cima, eu digo: obrigado Murray, você é meu herói, "eu não irei olhar novamente para alguém como ele" e espero que você esteja feliz com seu aluno. Sempre senti grande alegria quando me disse "o grande Hans, Attaboy", e mesmo que não possa ouvir você agora, nada me daria maior prazer do que se você o dissesse novamente agora, onde os reis dos pensamentos estão reunidos.